



Reconhecimento de Imparidades, Resultados e Capital Regulado

-

Estudo Exploratório

por

Daniel Sampaio da Costa

Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão

Orientado por

Professor Doutor Rui Manuel Pinto Couto Viana

2014

Nota Biográfica

Daniel Sampaio da Costa nasceu em Santo Tirso, Portugal, no dia 19 de Setembro de 1988.

Licenciou-se em Economia no ano de 2010 pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo no ano de 2009 realizado intercâmbio no Brasil, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Em 2010 iniciou funções como estagiário na empresa Onemarket, S.A., na qual cresceu profissionalmente, desempenhando funções na área financeira e contabilística.

Em 2011 ingressou no Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão, na Faculdade de Economia do Porto, no seguimento do qual apresenta a dissertação de mestrado.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Rui Manuel Pinto Couto Viana, que ao longo de todo o processo de orientação científica demonstrou excelência, disponibilidade e dedicação.

Aos meus pais, irmãos e afilhada pelo apoio, incentivo e paciência ao longo de todo este percurso.

Aos meus amigos, cujo conhecimento e experiência constituíram um valioso contributo, principalmente à Catarina Ferreira, à Filipa Silva e à Carla Mendes. Em especial ainda, à Susana Pinto pela motivação e confiança transmitidas.

Resumo

A presente investigação centrou-se no reconhecimento das imparidades no crédito a clientes por parte da gestão das entidades bancárias portuguesas, para o período de 2008 a 2013. Constituiu o principal foco de investigação verificar se existiram diferenças no reporte das imparidades reconhecidas relativamente ao que seria expectável, isto é, se terá sido realizada uma transmissão de “uma imagem verdadeira e apropriada” da situação das entidades. Na literatura existente, para este setor, é possível encontrar, como principais motivações para desvios nos montantes reconhecidos de imparidades, a gestão de resultados e a gestão de capital. No entanto, não constitui objetivo do presente trabalho assertar que existiu gestão, de resultados ou capital, por parte da gestão das entidades analisadas.

Pretende-se, com o estudo, colmatar uma lacuna existente na literatura, relativamente ao exercício de discricionariedade no reconhecimento das imparidades no caso português e, para o setor anteriormente referido. Para isso, foi selecionada uma amostra, constituída pelas entidades bancárias sujeitas aos exercícios de inspeção de imparidades realizados pelo Banco de Portugal e foram aplicados modelos existentes na literatura. Foram estimados os modelos necessários, através do método OLS, para a validação das hipóteses de investigação propostas.

Os resultados obtidos indicaram que apenas se verificou, por parte da gestão das entidades analisadas, comportamentos que pudessem ser identificados como prossecores de gestão de resultados antes dos exercícios de inspeção das imparidades. Quanto a comportamentos que possam ser associados a gestão de capital regulado, parece haver indícios de que estes terão existido. Foi ainda averiguado que uma regulação e supervisão mais restritas, no âmbito do alisamento de resultados, têm vindo a induzir, no comportamento dos gestores bancários, uma melhor avaliação das imparidades a reconhecer.

Palavras-chave: Imparidades, Resultados, Capital Regulado, Discricionariedade e Gestão das Entidades Bancárias.

Abstract

This research focused on the recognition of loans impairments by management of Portuguese banks, in the 2008-2013 period. The main purpose was to investigate if there were any discrepancies between the reported loans impairments and the expected ones, meaning the report of a true and appropriate picture of the real loans impairments. In prior literature for this sector, the main motivations found for deviations on loan impairments recognized amounts by banks management are earnings management and capital management. However, the research's aim isn't to confirm if there was earnings management or capital management by banks management.

This research intends to contribute to the literature with an investigation regarding discretionary recognition of loans impairments for Portuguese banking institutions. Therefore the sample selected was constituted by the banking entities subject to impairment inspection of Banco de Portugal and applied models that can be found in prior literature. The selected models were estimated by OLS, to validate the research proposal's hypothesis.

The main results only indicate that management's behavior can be associated with earnings management before the impairment inspections. As for capital management, the little evidence seems to point at a management's behavior towards capital management. It was also ascertained that a more restrict regulation and supervision induces a better assessment of impairments amount recognized by banking managers, in income smoothing.

Keywords: Impairments, Earnings, Regulated Capital, Discretionary and Banking Management.

Índice

Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Enquadramento Legal	4
2.1. Norma Contabilística	4
2.2. Rácios de Capital	12
Capítulo 3. Revisão de Literatura	20
3.1. Gestão de Resultados	20
3.1.1. Motivações.....	20
3.1.2. Associação às imparidades	23
3.1.3. Evidência Empírica.....	25
3.2. Gestão de Capital Regulado.....	27
3.2.1. Motivações.....	27
3.2.2. Associação às imparidades	30
3.2.3. Evidência Empírica.....	32
Capítulo 4. Objetivos e Metodologia do Trabalho Empírico.....	34
4.1. Objetivos.....	34
4.2. Metodologia	35
Capítulo 5. Estudo Empírico.....	38
5.1. Técnicas de Seleção do Modelo.....	38
5.2. Variáveis	44
Capítulo 6. Modelos e Resultados	50
6.1. Gestão de Resultados	51
6.2. Gestão de Capital Regulado.....	55
6.3. Validação das hipóteses de investigação	58
Capítulo 7. Conclusões	60

Capítulo 8. Bibliografía	63
Anexos	70

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Reconhecimento de Imparidades pela IAS 39	6
Ilustração 2 - Reconhecimento de Imparidades pela IFRS 9	10
Ilustração 3 - Evolução do Rácio Tier I em Portugal e na União Europeia (2007 a 2011)	18
Ilustração 4 - Evolução do Rácio Core Tier I em Portugal e comparação com standards mínimos exigidos (valor em final de período) (2010 a 2013)	18
Ilustração 5 - Decisão Método de Estimação.....	43
Ilustração 6 - Resultados dos Exercícios Transversais de Inspeção (em M€)	48

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Síntese da Evolução da Regulação Bancária.....	12
Tabela 2 - Variáveis adotadas.....	49
Tabela 3 - Modelos Gestão de Resultados.....	54
Tabela 4 - Modelos Gestão de Capital.....	57
Tabela 5 - Estatísticas Descritivas das Variáveis.....	70
Tabela 6 - Correlações de Pearson.....	71
Tabela 7 - Correlações de Spearman	72

Glossário

APB – Associação Portuguesa de Bancos

BCBS – Basel Committee on Banking Supervision

ECB – European Central Bank

BdP – Banco de Portugal

BIS – Bank for International Settlements

CEBS – Committee of European Banking Supervisors

EBA – European Banking Authority

ED – Exposure Draft

EU – European Union

FASB – Financial Accounting Standards Board

FSB – Financial Stability Board

FSF – Financial Stability Forum

G10 – Grupo dos 10

G20 – Grupo dos 20

IAS – International Accounting Standard

IASB – International Accounting Standards Board

IFRS – International Financial Reporting Standards

OLS – Ordinary Least Squares

R&C – Relatório e Contas

RGICSF – Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

SFAS – Statement of Financial Accounting Standards

Capítulo 1. Introdução

Nos últimos anos assistiu-se a uma crise financeira e, no caso português, também a uma crise de dívida soberana provocada pelo excesso de endividamento. O custo de financiamento das entidades bancárias e do próprio governo português aumentou e atingiu valores considerados insustentáveis, colmatando no pedido de auxílio financeiro do governo português à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional (BdP, 2012).

A crise financeira de 2008 não foi especialmente ressentida na economia portuguesa e, em particular, pelas instituições financeiras (BdP, 2011a). Porém, o programa de ajustamento traduziu-se numa diminuição de rendimentos provocada pelo aumento de impostos e pela redução de massa monetária em circulação na economia, imposta pela redução do rácio de crédito/depósitos (BdP, 2011d). A conjugação destes dois fatores levou inevitavelmente ao aumento do incumprimento do crédito e consequente aumento das imparidades reconhecidas pelas instituições financeiras.

As imparidades de crédito são normalmente um dos *accruals*¹ de maior importância e relevância nas demonstrações financeiras das instituições de crédito (Ahmed *et al.*, 1999) pois representam um peso significativo nos resultados e refletem a performance das instituições no crédito concedido. Por este facto, as imparidades reconhecidas pelas entidades bancárias têm a capacidade de influenciar decisivamente os resultados obtidos. Tal como Scholes *et al.* (1990) referiram, nas imparidades do crédito está incorporada uma componente significativa de discricionariedade que, segundo Beaver e Engel (1996) refletia as opções da gestão, perante determinadas motivações. Para Beaver e Engel (1996) o exercício de discricionariedade no reconhecimento das imparidades refletia os ajustamentos adicionais realizados no reconhecimento destas por diferentes motivos que não a transmissão de “uma imagem verdadeira e apropriada” da situação da entidade. Ou seja, a discricionariedade representa a oportunidade da gestão das entidades bancárias realizarem uma interpretação e reporte distintos para a mesma situação, sendo este facto permitido pelas normas contabilísticas. No entanto, a

¹ Referente a movimentos contabilísticos que não sejam de *Cash-Flow*

discricionariiedade permitida à gestão das entidades não é total. Os auditores destas entidades, têm como função verificar se os valores reportados correspondem à transmissão de “uma imagem verdadeira e apropriada”, pelo que podem ter reservas quanto aos valores reconhecidos de imparidades.

Assim sendo, a relevância e atualidade do tema despertou interesse para a procura e compreensão da realidade portuguesa, comparando-a com os fundamentos teóricos propostos e testados na literatura.

Um facto relevante, para este sector, e relacionado com o presente tema, surge em 2011 quando o Banco de Portugal (BdP) inicia o ciclo de inspeções transversais aos oito maiores grupos bancários em Portugal, representantes de 80% dos ativos detidos pelas entidades bancárias, previsto no Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Financeira (2011). O objetivo deste exercício de inspeções é assegurar que os níveis de imparidades reconhecidos pelas entidades bancárias são adequados e que as metodologias e procedimentos são conservadores e alinhados com as melhores práticas (BdP, 2014a). Tendo em conta os objetivos do exercício e o facto de o mesmo ser realizado por uma entidade de referência, confirma-se a relevância do tema da assertividade no reconhecimento das imparidades pelas instituições bancárias.

Desta forma, e tendo em conta que as imparidades estão sujeitas a diversas estimativas e julgamentos, o objetivo da presente investigação é verificar se a gestão das entidades bancárias exerceu alguma discricionariiedade no reconhecimento das imparidades.

Não pode ser pretensão deste estudo assertar que as instituições financeiras realizaram gestão dos seus resultados e/ou capital através da discricionariiedade presente nas imparidades, uma vez que essa afirmação exigiria informação interna, não divulgada publicamente, contrariando o afirmado pelos auditores das entidades. Porém, pretende-se verificar se existe evidência estatística que responda às seguintes questões de investigação, no período de 2008 a 2013:

- A gestão das entidades bancárias exerceu discricionariiedade no reconhecimento das imparidades podendo esta ser associada a objetivos de gestão de resultados?

- A gestão das entidades bancárias exerceu discricionariedade no reconhecimento das imparidades podendo esta ser associada a objetivos de gestão de capital regulado?

Para a aplicação empírica foram identificados os atores, o horizonte temporal de análise, foram recolhidos e tratados os dados necessários para proceder à estimação dos modelos que permitem responder às questões de investigação, foram estabelecidas as hipóteses de investigação, identificaram-se os modelos mais adequados e procedeu-se à sua estimação e análise dos resultados.

Foram analisados e tratados dados para os seis períodos e para as oito entidades bancárias suscetíveis aos exercícios de inspeção às imparidades pelo BdP².

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: No capítulo 2 é realizado um enquadramento legal com a apresentação das normas contabilísticas relevantes para o tema e dos rácios de capital, apresentando-se os conceitos essenciais ao entendimento do processo de reconhecimento de imparidades e a evolução das exigências relativas aos rácios de capital. No capítulo 3 é apresentada a revisão de literatura que contém as motivações e relações entre a gestão de resultados e gestão de capital regulado com as imparidades. No 4º capítulo são explanados os objetivos do trabalho, bem como a metodologia adotada. De seguida apresentam-se as técnicas para a seleção do modelo e as variáveis utilizadas, no capítulo 5. Os resultados obtidos podem ser encontrados no capítulo 6 e, por fim apresentam-se as principais conclusões no capítulo 7.

² Banco Comercial Português, Banco Português de Investimento, Banco Santander Totta, Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Geral de Depósitos, Espírito Santo Financial Group, Rentipar Financeira e Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo.

Capítulo 2. Enquadramento Legal

O presente capítulo pretende rever o enquadramento legal e respetiva evolução ao longo do tempo, para uma mais fácil compreensão do contexto que envolve o tema de investigação. Para este efeito, são apresentadas as normas contabilísticas e os rácios de capital a cumprir.

2.1. Norma Contabilística

Nesta secção irá, primeiramente, ser efetuada uma análise às normas contabilísticas e ao tratamento que estas prescrevem para o reconhecimento das imparidades. Serão também abordadas as principais alterações que serão introduzidas no normativo contabilístico.

Começando pela *International Accounting Standard* (IAS) 32, esta define como sendo um instrumento financeiro um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade. O crédito a clientes é considerado um ativo financeiro, por parte das entidades bancárias, uma vez que se estabelece um direito contratual, com o devedor, de receber dinheiro ou outro ativo financeiro como contrapartida (IASB, 2003a).

A IAS 39, que prescreve o reconhecimento e mensuração a efetuar aos instrumentos financeiros, define os empréstimos a clientes como sendo um ativo financeiro, não derivado, com pagamentos fixos ou determinados, não cotado num mercado ativo, que não seja detido para negociação ou designado no reconhecimento inicial como ativo ao justo valor através de resultados. Esta norma define ainda que não sendo recebido o valor total, sem que se deva a perdas por imparidade, deve o ativo ser classificado como detido para venda (IASB, 2003b).

Este tipo de ativos financeiros deve inicialmente ser mensurado ao justo valor acrescido de eventuais custos de transação e subsequentemente ao custo amortizado pelo método

do juro efetivo, sendo a taxa de juro efetiva aquela que desconta os fluxos de caixa futuros pela vida esperada do instrumento (IASB, 2003b).

Por se tratar de um ativo financeiro que não é mensurado ao justo valor através de resultados, a IAS 39 define que estes ativos devem ser sujeitos a testes de imparidade (IASB, 2003b).

O conceito de imparidade é um tema essencial para a qualidade da contabilidade pois, através do reconhecimento de imparidades pretende-se assegurar que o valor reportado, pelas entidades, de determinado ativo não excede o seu justo valor. Com o reconhecimento de imparidades aumenta a transparência e a veracidade na contabilidade, uma vez que os valores reportados dos ativos devem corresponder ao valor efetivo desses ativos, quer seja através da sua utilização ou através da sua alienação.

A norma que prescreve o tratamento geral das imparidades dos ativos é a IAS 36. É objetivo desta norma garantir que o valor escriturado dos ativos não seja superior à sua quantia recuperável. A quantia recuperável corresponde ao maior entre o valor de uso do ativo e o valor de alienação. Portanto, existe imparidade se o valor escriturado for superior à quantia recuperável, sendo a imparidade a reconhecer o correspondente à diferença entre os dois valores (IASB, 2004). No entanto, a IAS 36 exclui do seu âmbito o tratamento a efetuar a diversos ativos. Entre esta exclusões, encontram-se os ativos financeiros, cujo tratamento se encontra contemplado na IAS 39 (IASB, 2003b; 2004). Assim sendo, desenvolve-se de seguida, mais detalhadamente esta norma.

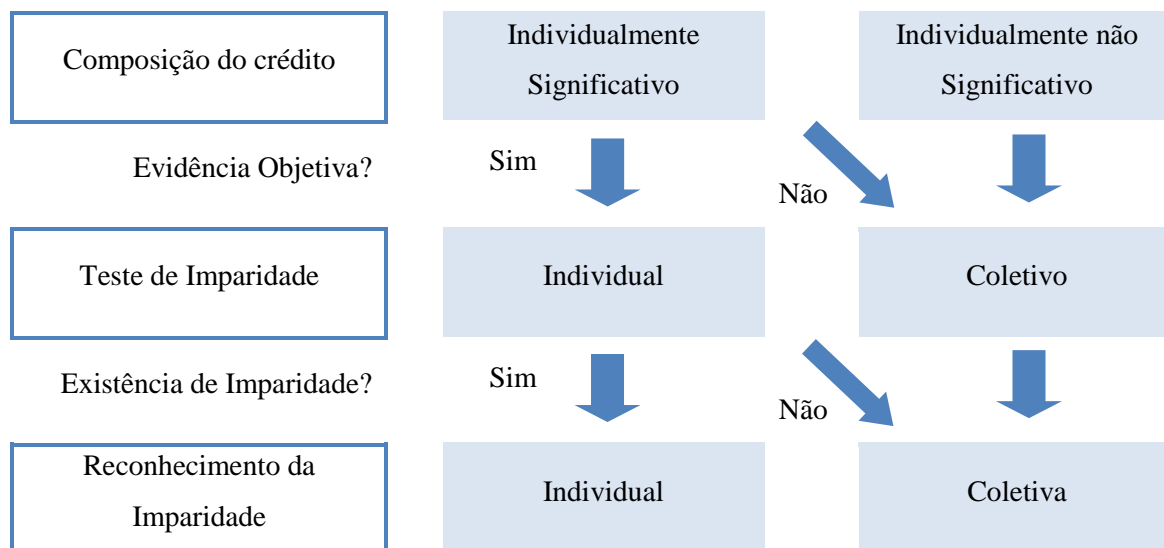
A IAS 39 refere que as entidades devem avaliar, com referência à data de cada balanço, se os ativos financeiros estão em imparidade, quer se trate de um ativo financeiro individual ou coletivamente avaliado. Os ativos financeiros estão em imparidade, e esta deve ser reconhecida, apenas se existir evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo. Deve ser realizado um cálculo detalhado da imparidade para determinar se a perda deve ser reconhecida, sendo o valor da perda correspondente à diferença entre o valor escriturado e o valor presente dos fluxos de caixa futuros. Os ativos avaliados individualmente que não estão em imparidade devem ser agrupados a outros ativos com características de risco de

crédito semelhante e, coletivamente, serem avaliados. Uma perda por imparidade reconhecida, pode posteriormente ser revertida, influenciando os resultados do período em que se verifica a reversão³ (IASB, 2003b).

A este respeito, veja-se o referido no Relatório e Contas (R&C) de 2012 do Banco Espírito Santo (BES) (pp. 127) e Banco Comercial Português (BCP) (pp. 216), ambos auditados pela empresa KPMG “O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. (...) Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo”.

De seguida, é apresentado um esquema resumindo a forma de reconhecimento das imparidades pela IAS 39.

Ilustração 1 - Reconhecimento de Imparidades pela IAS 39



Fonte: Elaboração Própria

³ No âmbito do prescrito pela IAS 39. Imparidades de Goodwill não podem ser revertidas pois seria Goodwill gerado internamente.

Da norma IAS 39, depreende-se que esta tem como principal característica, para o reconhecimento das imparidades, a perda incorrida, e assim é apelidada. É assim necessário um *event trigger* para que possa existir o reconhecimento da imparidade, isto porque a norma exige a ocorrência de uma evidência objetiva de que determinado ativo financeiro esteja em imparidade (IASB, 2003b).

Com o desenvolvimento da crise financeira de 2008, foram novamente evocadas diversas críticas sobre a adequação da IAS 39, mais propriamente no que diz respeito à tempestividade com que as imparidades são reconhecidas (Gebhardt e Novotny-Farkas, 2011; Amis e Rospars, 2005; Bikker e Metzmakers, 2005). Uma vez que a norma obriga ao *event trigger*, os críticos referiam que o reconhecimento das imparidades era pró-cíclico.

Entre os diversos críticos, destaque para o, ainda *Financial Stability Forum* (FSF), agora *Financial Stability Board* (FSB), pela influência que possui. A sua preocupação incidia sobre uma característica das imparidades do crédito, a pró-ciclicidade, que provoca a amplificação das flutuações económicas. Em períodos de retração, a diminuição do rendimento e consequente aumento das taxas de incumprimento obrigam a que as entidades bancárias tenham de aumentar as imparidades de crédito resultando numa diminuição dos seus resultados. Como medida de prudência, as instituições bancárias são obrigados a reduzir o crédito concedido. Pelo contrário, em períodos expansionistas, os elevados resultados podem originar a concessão de crédito acima de valores economicamente eficientes. Assim, o FSF considerou necessária uma reflexão sobre se a existência de informação adicional deveria ser utilizada mais cedo no reconhecimento de imparidades e, ainda, se o próprio modelo de reconhecimento não deveria ser melhorado. A reflexão inclui ainda um debate sobre se mudanças mais fundamentais no modelo de reconhecimento deveriam ser realizadas, que permitissem o reconhecimento atempado no ciclo de crédito (FSF, 2009).

O FSF verificou que existia a vontade de explorar métodos de reconhecimento de imparidades alternativos aos atuais, nomeadamente que considerassem informação de crédito mais ampla. Assim, recomendaram aos organismos responsáveis pela emissão das normas de contabilidade que fossem considerados métodos de reconhecimento de imparidades que incorporassem informação mais vasta, nomeadamente o justo valor,

perda esperada ou o método dinâmico⁴ (já utilizado em Espanha antes das IAS) (FSF, 2009).

Em Abril de 2009, os líderes do Grupo dos 20 (G20)⁵ emitem um relatório das ações a tomar para melhorar o sistema financeiro mundial, no qual recomendam que os organismos responsáveis pela emissão das normas de contabilidade, leia-se *International Accounting Standards Board* (IASB) e *Financial Accounting Standards Board* (FASB) principalmente, deveriam reforçar o reconhecimento das imparidades de crédito, incorporando informação mais vasta sobre o crédito. Ainda neste relatório, é referido o apoio que os líderes do G20 conferem à recomendação do FSF sobre a pró-ciclicidade inerente às normas contabilísticas, mais especificamente relacionadas com as imparidades do crédito (G20, 2009).

Deste então, e em consonância com o que já vinha a ocorrer desde 2002, o IASB e o FASB comprometeram-se a intensificar o seu programa de trabalhos para atingir uma maior convergência entre as normas (Fundação IFRS, 20/04/2014).

Em Novembro de 2009, o IASB publica o *Exposure Draft* (ED) 2009/12 *Financial Instruments: Amortised Cost and Impairment* no qual são utilizados os *cash flows* esperados como método de imparidade dos ativos financeiros. Fica assim dado o primeiro passo para uma viragem na estrutura fundamental no modelo das imparidades nos instrumentos financeiros. A publicação do ED 2009/12, pelo IASB, tem como objetivo melhorar a norma IAS 39 através da consideração, não apenas da perda incorrida, mas também da perda expectável, resultando no reconhecimento antecipado das perdas, e pretende também que as imparidades reconhecidas reflitam melhor a realidade económica dos créditos bancários. A perda expectável resulta no reconhecimento antecipado das perdas pois, ao não ser necessário o *event trigger*, basta que exista uma alteração adversa na expectativa de perda nos empréstimos para ser possível o reconhecimento da imparidade. Por outro lado, o custo amortizado deverá ser calculado de acordo com a taxa de juro efetiva que terá em consideração os *cash flows*

⁴ Deve ser criada uma reserva por cada empréstimo realizado, ainda que não exista evidência de imparidade (Gebhardt e Novotny-Farkas, 2011).

⁵ Grupo composto pelos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais das vinte maiores economias do mundo: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia.

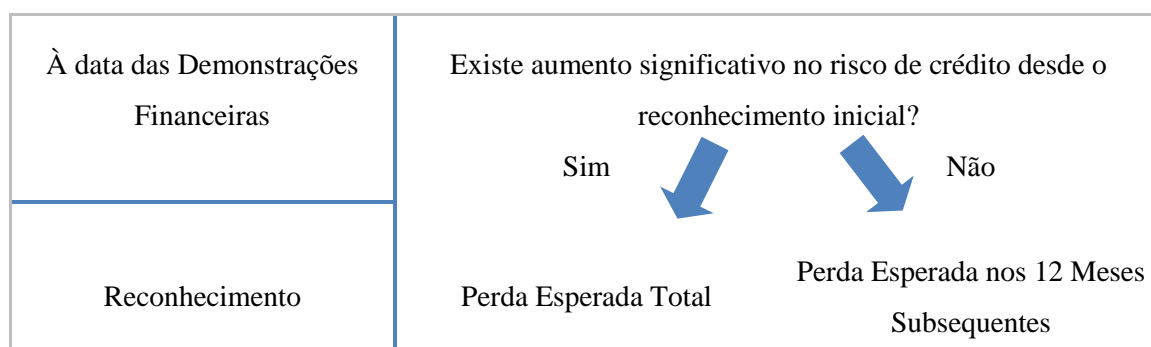
esperados (IASB, 2009). Ora, ao considerar os *cash flows* esperados, as perdas esperadas iniciais concorrerão no cômputo da taxa de juro efetiva, aumentando-a. Um aumento das taxas de juro efetivas deverá traduzir-se num aumento das exigências da capacidade de cumprimento por parte dos seus clientes.

Em conjunto, o IASB e o FASB emitem um documento suplementar em 2011, que adita ao ED 2009/12. Em 2013, é publicado pelo IASB o ED 2013/3 *Financial Instruments: Expected Credit Losses*.

Em fevereiro de 2014, na sua reunião mensal, o IASB publicou um artigo com o resumo do modelo das imparidades de crédito esperadas, no qual já se encontra incorporado o ED 2013/3.

Este modelo proposto prevê que as entidades, a cada data das demonstrações financeiras, devem reconhecer as imparidades nos instrumentos financeiros conforme dois critérios. Um dos critérios consiste no reconhecimento da perda esperada total ao longo da vida útil se, desde o reconhecimento inicial até ao momento de avaliação, o risco de crédito tiver aumentado significativamente. Para todos os outros instrumentos financeiros, não sujeitos a um aumento significativo de risco de crédito, o critério a aplicar consiste no reconhecimento da perda esperada que ocorrerá nos 12 meses subsequentes. O aumento significativo no risco de crédito é obtido através da comparação entre o risco de crédito à data da avaliação e o risco de crédito no reconhecimento inicial (IASB, 2014). Apresenta-se, de seguida, um esquema de resumo do explicitado neste parágrafo.

Ilustração 2 - Reconhecimento de Imparidades pela IFRS 9



Fonte: Elaboração Própria

O IASB propõe duas simplificações para ajudar na avaliação do aumento significativo do risco de crédito. Os créditos enquadráveis no risco de crédito reduzido, em que as imparidades de crédito são reconhecidas na base de perda dos 12 meses subsequentes, têm risco de incumprimento reduzido. Para este risco de incumprimento, os devedores apresentam uma forte capacidade de cumprir com as obrigações no curto prazo e, no longo prazo, é esperado que, no máximo, ainda que sujeito a condições económicas adversas, possam apenas reduzir a sua capacidade de cumprir com as obrigações. Com mais de trinta dias de atraso nos pagamentos contratuais, é considerado um aumento significativo do risco de crédito. Deve ser enfatizado que este prazo deve funcionar como último limite para ser considerado um aumento significativo no risco de crédito, no entanto, tal como o IASB faz referência, existirá informação razoável e de suporte prospetiva que deverá ser consultada para proceder à avaliação do risco de crédito.

Estas novas indicações, quando finalizadas, serão incluídas na *International Financial Reporting Standards* (IFRS) 9, que substituirá a IAS 39. Na sua reunião mensal de Fevereiro de 2014, o IASB acordou a data de 1 de Janeiro de 2018 para entrada em vigor da IFRS 9.

Este modelo de imparidades de crédito, orientado para o reconhecimento das perdas esperadas, permitirá o reconhecimento das imparidades, antes destas terem propriamente ocorrido, uma vez que não obriga à ocorrência do *event trigger*. Assim,

este método incorporará uma maior estabilidade nos resultados das instituições financeiras. Este aspeto é muito defendido para este setor, uma vez que os resultados com este modelo de imparidades refletirão as perdas antecipadamente e antes destas terem ocorrido, normalmente em períodos de retração económica, reduzindo, portanto, a correlação entre os ciclos económicos, imparidades e os resultados.

Porém, a qualidade do reporte financeiro difere da eficiência económica. Este método parece remeter para uma maior utilização de julgamentos e opiniões, diminuindo, por conseguinte, as restrições nas regras das imparidades e aumentando a discricionariedade permitida aos gestores, o que poderá originar a uma maior gestão de resultados (Gebhardt e Novotny-Farkas, 2011). Gebhardt e Novotny-Farkas (2011) referiram ainda que, anteriormente à obrigação da adoção das IFRS, as normas existentes nos países europeus permitiam, pelo menos em parte, a antecipação de perdas esperadas. No entanto, as normas permitiam também um uso discricionário por parte dos gestores. Ora, a implementação de um modelo que permitisse o reconhecimento das imparidades apenas quando a perda já tivesse sido incorrida, a IAS 39, tinha como objetivo reduzir o âmbito dos julgamentos e discricionariedade permitida aos gestores no reconhecimento das imparidades (Gebhardt e Novotny-Farkas, 2011).

2.2. Rácios de Capital

Nesta secção serão abordados os rácios de capital. De seguida, apresenta-se uma síntese da evolução da regulação bancária ao nível dos rácios de capital. Posteriormente, efetua-se uma análise mais detalhada desta evolução. Será possível verificar que a regulação tem vindo tornar-se cada vez mais exigente.

Tabela 1- Síntese da Evolução da Regulação Bancária

<i>Evolução</i>	<i>Período</i>	<i>Objetivos</i>
<i>BCBS</i>	1974	Criação da Comissão de Basileia de Supervisão Bancária para a supervisão e regulação
<i>Basileia I</i>	1988	Aumento do nível de exigência; Proposta de novas formas de cálculo de rácios e valores mínimos
<i>Basileia II</i>	2004	Estabelecimento de três pilares fundamentais – Mínimo de 4% para o Rácio <i>Tier I</i>
<i>BdP</i>	2008	Mínimo de 8% para o rácio <i>Tier I</i> – cumprimento até fim de Setembro de 2009
<i>Basileia III</i>	2010	Reformulação: Rácio de Capital + Rácio de Alavancagem + Rácio de Liquidez
<i>EBA</i>	2011	Criação da European Banking Authority
<i>Programa de Assistência Financeira</i>	2011	Mínimo de 9% para o rácio <i>Core Tier</i> – cumprimento até fim de 2011 Mínimo de 10% para o rácio <i>Core Tier</i> – cumprimento até fim de 2012

<i>Evolução</i>	<i>Período</i>	<i>Objetivos</i>
<i>EBA</i>	2012	Mínimo de 9% para o rácio <i>Core Tier</i> – cumprimento até fim de Junho de 2012
<i>Mecanismo Único de Supervisão</i>	2014	Previsto início para Novembro de 2014

Fonte: Elaboração própria

O setor bancário é, normalmente, caracterizado por uma elevada alavancagem (APB, 2013). Por forma a evitar a repercussão de riscos sistémicos pela economia, causados por instituições financeiras com problemas financeiros, a supervisão bancária divide-se entre supervisão prudencial e supervisão comportamental. A supervisão prudencial compreende a supervisão macro e micro prudencial. Na supervisão macro prudencial o principal objetivo da supervisão é a análise dos riscos emergentes nos mercados e sistemas financeiros que possam contribuir para a existência de risco sistémico. A supervisão micro prudencial tem como principais funções conceder autorizações para a constituição de instituições financeiras, emitir normas reguladoras das atividades destas instituições e verificar, por parte destas instituições, o cumprimento dos rácios e limites prudenciais. Na supervisão comportamental, as entidades de regulação e de supervisão verificam a conduta das instituições financeiras com o objetivo de mitigar problemas de informação imperfeita e salvaguardar a equidade e eficiência dos mercados (BdP, 2010a).

No contexto do presente estudo, irá ser abordada a componente da supervisão micro prudencial, nomeadamente o estabelecimento de valores mínimos de rácios de capital, a cumprir pelas instituições. Os rácios de capital são, portanto, uma forma de avaliar e controlar a solvência das instituições bancárias, na medida em que determinam a sua adequação de capital, tendo em conta não só os ativos detidos, mas também o risco inerente a esses ativos. A supervisão a este nível tem como principal objetivo garantir que as entidades bancárias mantenham uma solvabilidade que lhes permita fazer face

aos riscos incorridos, sem colocar em causa a continuidade das suas operações, pois o capital exigido deve ser suficiente para fazer face às perdas inesperadas (El Sood, 2012)

Os acordos de Basileia, emitidos pelo *Basel Committee of Banking Supervision* (BCBS), criado em 1974 pelo Grupo dos 10 (G10)⁶, representam o expoente máximo no que respeita à supervisão e regulação do setor bancário. Estes acordos não são legalmente exigíveis às instituições neles mencionados. Porém, é objetivo destes acordos estabelecer normas mínimas de supervisão, através da divulgação de recomendações e guias que as autoridades nacionais devem implementar. Contudo, o BCBS, pela sua missão e pelos seus constituintes, tem uma aceitação global permitindo que seja uma referência para a supervisão e regulação local (BIS, 2013).

Até à data, foram já emitidos três acordos de Basileia, assistindo-se a um melhoramento constante dos acordos e ao aumento das exigências a cumprir pelas instituições bancárias. O Basileia I, emitido em 1988 no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*, representa o primeiro passo na harmonização internacional de supervisão e regulação bancária. Neste primeiro acordo o objetivo fundamental foi estabelecer as formas de cálculo dos rácios de capital, assim como os valores mínimos a serem cumpridos pelas instituições para esses rácios.

Em 2004, o BCBS emite o *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: A Revised Framework*, conhecido como acordo de Basileia II. O principal objetivo do BCBS com o desenvolvimento de um novo documento centrou-se no reforço da solidez e da estabilidade do sistema bancário, atualizando o acordo anterior. No entanto, este documento incorpora ainda uma modificação conceptual em relação ao primeiro acordo, introduzindo três pilares fundamentais pelos quais se deve reger a supervisão bancária. São estes, para além da determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito, o processo de supervisão e a disciplina de mercado. O processo de supervisão pretende reforçar a ligação entre o capital interno detido pelas instituições e os riscos das suas atividades, devendo as entidades recorrer a sistemas e procedimentos que garantam a adequação de capital detido aos riscos incorridos. O processo de supervisão confere ainda às

⁶ Grupo composto por Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais dos seguintes países: Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Japão, Reino Unido, Suécia e Suíça.

autoridades de supervisão a responsabilidade pela averiguação da qualidade dos sistemas utilizados pelas instituições. Na disciplina de mercado pretende-se que a divulgação de informação pelas instituições financeiras seja suficiente, consistente e transparente nos diferentes mercados (BCBS, 2006).

Em Dezembro de 2010, foi emitido o *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*. Este acordo surge como resposta à necessidade que existia de reforçar o acordo vigente à data, Basileia II. Essa necessidade tornou-se ainda mais latente com o espoletar da crise financeira. Para além da reformulação dos rácios de capital, foram propostos rácios relativamente à alavancagem e rácios de liquidez. Foram também introduzidas preocupações relacionadas com as ramificações que entidades bancárias importantes podem representar para outras entidades do sistema financeiro e ainda as denominadas “almofadas de capital” (*capital buffers*), ou seja, a obrigação de realização de reservas de capital em períodos de expansão de crédito, para fazer face às perdas com a inversão do ciclo, que reduzem a pró-ciclicidade (BCBS, 2010).

Em relação à supervisão do setor bancário, a nível europeu, a responsabilidade compete à *European Banking Authority* (EBA). Criada em Janeiro de 2011, como entidade independente da União Europeia, acumulou as funções anteriormente desempenhadas pelo *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS), compreendendo a manutenção da estabilidade financeira no seio da União Europeia, e garantindo o funcionamento íntegro e eficiente do setor bancário. Para esse efeito, tem desenvolvido atividades no sentido de garantir uma regulação e supervisão harmonizada para o setor bancário europeu. Neste momento, o *European Central Bank* (ECB) encontra-se em preparação para assumir as funções de supervisão bancária através do Mecanismo Único de Supervisão. Este iniciar-se-á em Novembro de 2014, dando continuidade às atividades desenvolvidas pela EBA, nomeadamente por objetivar garantir a segurança e solidez do sistema bancário europeu, aumentar a integração e estabilidade financeira na Europa (EBA, acedido em 15/04/2014; ECB, acedido em 15/04/2014).

Apesar da existência destas autoridades, os estados-membros possuem também uma autoridade nacional à qual compete transpor para o ordenamento nacional as regulações emitidas pela EBA, com a capacidade de as ajustar às especificidades existentes nesse

estado-membro. No caso nacional, o Banco de Portugal (BdP) é a entidade de supervisão do setor bancário, conforme o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92. Nos termos dos artigos 96º e 99º do RGICSF verifica-se que compete ao BdP estabelecer os elementos que podem integrar os fundos próprios e o rácio dos fundos próprios de cada entidade bancária, bem como os limites que se devem verificar, quer seja em termos de contas consolidadas ou individuais.

Com a aprovação do RGICSF, o BdP emitiu o Aviso 12/92, no qual define, a fórmula de cálculo dos fundos próprios a cumprir pelas instituições. Os fundos próprios totais correspondem à soma entre os fundos próprios de base e os fundos próprios complementares, ou seja, *Tier I* e *Tier II*, respetivamente (BdP, 1992). Ao longo do tempo, este aviso tem sido sucessivamente alterado por força de melhorias de adequação do cálculo dos fundos próprios, salientando-se as alterações incorporadas pelo Aviso 4/2007, regulando as disposições constantes no Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de Abril, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2006/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, que procedeu à adoção na União Europeia do Acordo de Basileia II (BdP, 2010b). Em 2010, o BdP emitiu o Aviso 6/2010, que revogou o Aviso 12/92, introduzindo novas alterações na regulamentação nacional provenientes de alterações na legislação comunitária (BdP, 2010b). O Aviso 3/2011, emitido no ano de 2011, no seguimento do Programa de Assistência Financeira, contratado entre o Governo Português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, determina a fórmula de cálculo do rácio *Core Tier*. O mesmo Aviso remete para o Aviso 6/2010, na medida em que existem enormes semelhanças entre o cômputo dos rácios de *Core Tier* e *Tier I*. Porém, o *Core Tier* representa um capital de melhor qualidade relativamente ao *Tier I*, uma vez que considera os elementos mais disponíveis para absorver perdas. É exemplo da melhor qualidade do *Core Tier* a não consideração das ações preferenciais e os instrumentos de capital híbridos, contrariamente ao *Tier I* (BdP, 2011c).

A fórmula de cálculo dos rácios compreende, no numerador, os fundos próprios das entidades e, no denominador, os seus ativos ponderados pelo risco. São exemplos dos fundos próprios das entidades o capital realizado, os resultados positivos transitados de

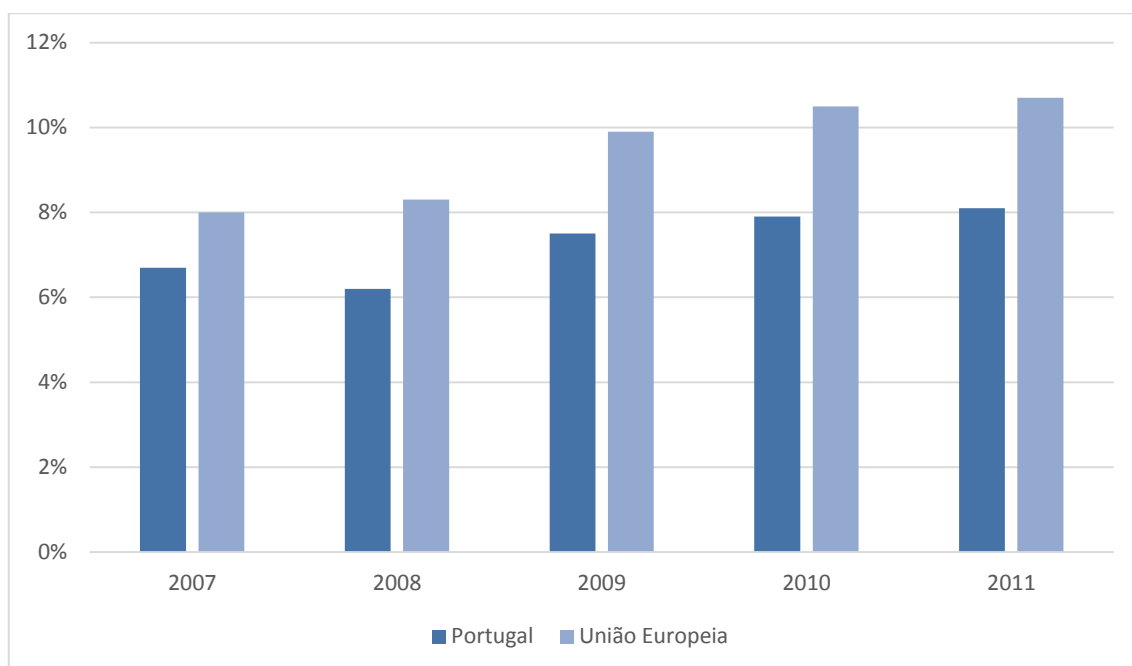
exercícios anteriores e os resultados positivos do último exercício. Assim, as imparidades no crédito a clientes influenciam os rácios de capital através da implicação que as imparidades no crédito têm nos resultados das instituições. No presente estudo, são analisados os rácios *Core Tier* e *Tier I*, calculados de acordo com o BdP, pela importância que lhes é atribuída e por se tratar de rácios para os quais os valores mínimos são mais exigentes.

Quanto aos valores mínimos exigidos às instituições, o BdP lançou em Novembro de 2008 a Carta Circular 83/2008/DSB recomendando que as instituições cumprissem um mínimo de *Tier I* de 8% até ao final de Setembro de 2009 (BdP, 2008). Em 2011, foi emitido o Aviso 1/2011 que estabeleceu que o rácio *Core Tier* verificasse um mínimo de 8% no final do ano (BdP, 2011b). Dá-se uma alteração no rácio de solvabilidade, que tem como objetivo aumentar o nível de exigência na qualidade do capital. No entanto, e como anteriormente mencionado, com o Programa de Assistência Financeira, ficou também estabelecido que as instituições de crédito devessem cumprir um mínimo de *Core Tier* de 9% até ao final de 2011 e de 10% até ao final de 2012, conforme Aviso 3/2011 do BdP, revogando assim o anterior Aviso 1/2011 (BdP, 2011d). Adicionalmente, em 2011, a EBA exigiu que as instituições cumprissem com um rácio *Core Tier*, nos termos por esta definidos, de 9%, a verificar até ao final de Junho de 2012 (BdP, 2011e).

Nos gráficos seguintes podem ser observadas a evolução do comportamento do rácio *Tier I* em Portugal, comparativamente à União Europeia e a evolução do rácio *Core Tier* para Portugal, respetivamente.

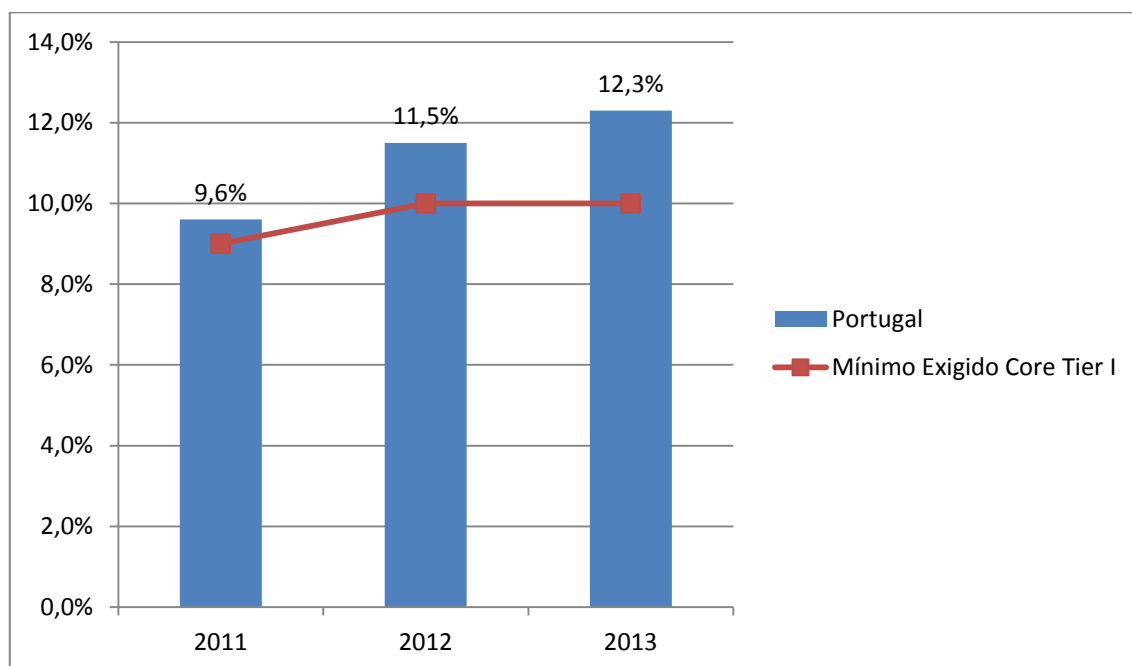
Analisando o gráfico seguinte, verifica-se uma evolução positiva do rácio *Tier I* para o caso europeu durante todo o período em análise. No panorama nacional também se denota uma evolução positiva do rácio em questão, excetuando a evolução do ano de 2007 para 2008. De seguida, é possível a análise da evolução do rácio *Core Tier*, no caso nacional, para períodos mais recentes.

Ilustração 3 - Evolução do Rácio Tier I em Portugal e na União Europeia (2007 a 2011)



Fonte: Elaboração própria, com base em APB (2013)

Ilustração 4 - Evolução do Rácio Core Tier I em Portugal e comparação com standards mínimos exigidos (valor em final de período) (2010 a 2013)



Fonte: Elaboração própria, com base em BdP (2014b)

O gráfico demonstra que, mais uma vez, a evolução do rácio *Core Tier* foi positiva de 2011 a 2013, respeitando sempre os limites mínimos impostos. Ainda assim, o BdP (2012) refere que a melhoria no rácio *Core Tier* não foi obtida através da redução do valor dos ativos ponderados pelo risco, ou seja, foi conseguida através do reforço dos montantes de capital em balanço.

Capítulo 3. Revisão de Literatura

No presente capítulo serão apresentados os contributos que diferentes autores realizaram, sobre a temática de gestão de resultados e gestão de capital regulado, para a literatura existente. Esta última revela-se fundamental para a reunião dos conceitos essenciais a abordar na presente investigação.

3.1. Gestão de Resultados

Esta secção evidencia as diferentes perspetivas relativamente à gestão de resultados, contrapondo a teoria de alisamento de resultados com a teoria de sinalização. Posteriormente, serão apresentados os resultados obtidos pelos autores (Bikker e Metzemakers, 2005; Liu e Ryan, 2006; Cheng, 2006; Shrieves e Dahl, 2003; Beatty *et al.*, 2002) na verificação da prossecução dos objetivos propostos pelas teorias.

3.1.1. Motivações

Na literatura existente, uma das principais formas de gestão de resultados que os autores estudaram e comprovaram que existia empiricamente foi o alisamento de resultados (Bikker e Metzemakers, 2005, Galai *in* Liu e Ryan, 2006, Cheng, 2012, Shrieves e Dahl, 2003, Beatty *et al.*, 2002).

Existe um consenso entre os diversos autores de que o alisamento de resultados era uma das principais motivações para a gestão das instituições bancárias incorrer em gestão de resultados. O alisamento de resultados é representado pela estabilidade dos resultados ao longo do tempo, sendo consequência da realização de reservas nos anos de melhores resultados e subsequente utilização nos anos com piores resultados (Bikker e Metzemakers, 2005). Tal como os autores referiram, a discricionariedade exercida pela gestão das entidades na utilização de resultados pressupõe a existência de um *stock* de

resultados. Este *stock* de resultados aumenta quando os resultados efetivos de uma entidade são superiores aos resultados que esta pretende reportar, reservando, desta forma, resultados para períodos subsequentes. Pelo contrário, existe uma diminuição no stock de resultados quando estes têm de ser utilizados para atingir *benchmarks* de resultados. A este respeito, Galai *et al.* (2003, *in* Liu e Ryan, 2006) referiram que as instituições bancárias criam uma reserva oculta que utilizam para atingir as estimativas dos analistas. Cheng (2012) corroborou o referido por Galai *et al.* (2003 *in* Liu e Ryan, 2006) ao encontrar evidência de que as imparidades são utilizadas para evitar pequenas diminuições de resultados e para atingir ou superar as previsões dos analistas.

A estabilidade dos resultados é importante para as entidades bancárias uma vez que a redução da volatilidade dos rendimentos confere um menor grau de risco percebido pelo investidor. Assim, através da redução da volatilidade dos rendimentos, era possível a redução do custo de capital (Shrieves e Dahl., 2003), visto que a taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas incorporaria um menor risco de investimento. Também Bikker e Metzmakers (2005) consideraram a estabilidade dos resultados como um sinal de boa *performance* do ponto de vista de estabilidade do preço das ações, *rating* e custos de financiamento.

Para além da preferência pela estabilidade dos resultados, as instituições bancárias recorriam a uma cadeia de resultados crescentes, tendo sido constatado que pequenos aumentos de resultados são mais comuns que pequenas diminuições de resultados (Beatty *et al.*, 2002). A procura de apresentação de resultados constantemente crescentes por parte das entidades bancárias pode estar associada a pressões existentes nos mercados (Cheng, 2012) ou à obtenção e afirmação de credibilidade nos mercados (Bikker e Metzmakers, 2005).

Esta procura por resultados crescentes era mais evidente para as entidades bancárias cotadas do que para as não cotadas, tal como evidenciado por Beatty *et al.* (2002). As pressões a que Cheng (2012) se referiu estão relacionadas com a necessidade dos acionistas se basearem nos resultados divulgados pelas instituições, para aferir o valor destas, sendo que crescimentos continuados dos resultados, ainda que reduzidos, conferiam um prémio ao preço das suas ações (Beatty *et al.*, 2002). Ora, as instituições bancárias cotadas têm tipicamente o seu capital disperso pelos diversos acionistas.

Contrariamente às não cotadas, os acionistas das entidades bancárias cotadas deparam-se com uma assimetria de informação maior e cuja obtenção da informação é mais dispendiosa. Não existindo uma monitorização direta da gestão e os títulos sendo transacionados mais frequentemente, os resultados eram, por defeito, a via pela qual os acionistas das instituições bancárias cotadas poderiam medir a *performance* da instituição e atribuir-lhe um valor (Beatty *et al.*, 2002). A este incentivo à gestão de resultados nas entidades bancárias cotadas, acresce frequentemente o tipo de remuneração dos seus gestores, que está indexada aos resultados obtidos.

Uma visão distinta, para a gestão de resultados, é a proposta pela teoria de sinalização. A teoria de sinalização sugere que as instituições bancárias conseguem transmitir informação privada através das imparidades reconhecidas (Cheng, 2012), não só sobre a *performance* corrente mas também prospetiva (Beaver *et al.*, 1989, *in* Shrieves e Dahl 2003; Scholes *et al.*, 1990). Esta teoria tem subjacente a ideia de que a reputação das instituições bancárias está indexada ao nível das imparidades reconhecidas (Healy e Palepu 1993 *in* Cheng 2012), ou seja, o reconhecimento de imparidades, por estar refletido negativamente nos resultados, tem a capacidade de transmitir um sinal da qualidade da instituição. Para Ahmed *et al.* (1999) o sinal transmitido por um acréscimo no valor das imparidades denotava a capacidade e a força da instituição bancária, e Beaver *et al.* (1989, *in* Shrieves e Dahl 2003), referiram que um maior nível de imparidades transmitia uma maior solidez da instituição.

A solidez das entidades bancárias é demonstrada através da sua capacidade em poder incorrer em menores resultados através do reconhecimento de maiores imparidades. Ainda assim, esta capacidade de emitir um sinal não está disponível para todas as instituições bancárias, uma vez que, tal como Cheng (2012) referiu, o custo de um sinal falso é maior para as instituições cujas *performances* esperadas não eram boas. Ou seja, as entidades bancárias com fracas *performances*, ao reduzirem os resultados via imparidades, na tentativa de transmitir um sinal, aumentariam as hipóteses de serem auditados pelas agências reguladoras, o que provocaria uma redução nos incentivos em emitir um sinal falso (Cheng, 2012).

Anandarajan *et al.* (2007), para além de terem feito referência à supra citada preferência dos gestores das entidades bancárias por estabilidade de resultados, referiram também

que, com a entrada em vigor do Acordo de Basileia I, as condições para a gestão de resultados podem ter sido alteradas, em consequência das imparidades terem deixado de estar incluídas no rácio *Tier I* e passarem a ter uma contribuição limitada para o rácio *Tier II*. Tendo em conta que Beatty *et al.* (1995) referiram que os objetivos de gestão de capital regulado e resultados podiam ser conflituosos entre si, deixando as imparidades de influenciar os rácios de capital, o constrangimento existente entre objetivos conflituosos desapareceu. Como tal, Anandarajan *et al.* (2007) previram uma maior agressividade na gestão de resultados após entrada em vigor do Acordo de Basileia I.

Mais recentemente, segundo Leventis *et al.* (2011), com a adoção das IFRS, a qualidade dos resultados reportados aumentou. Este aumento de qualidade dos resultados reportados deveu-se à menor discricionariedade presente nas normas contabilísticas, isto é, a um menor número de opções permitidas no relato financeiro (Gebhardt and Novotny-Farkas, 2011). Assim, a gestão de resultados com as IFRS será menor quando comparada com o normativo anterior, de acordo com o previsto por Leventis *et al.* (2011).

3.1.2. Associação às imparidades

Tendo em conta as razões que estão na origem da gestão de resultados por parte das entidades bancárias, será realizada uma descrição das contribuições que as imparidades têm para o alcance dos objetivos acima descritos, segundo o analisado por diversos autores (Beatty *et al.*, 2002; El Sood, 2012; Liu e Ryan, 1995, 2006).

Na hipótese de alisamento de resultados, é evidente o papel atribuído às imparidades na prossecução do objetivo pretendido pela gestão das entidades bancárias. Na medida em que as imparidades são consideradas um gasto anual, o seu reconhecimento terá um efeito de redução nos resultados. De acordo com a hipótese de alisamento de resultados, se a pretensão da gestão fosse divulgar resultados mais elevados, então, as imparidades seriam subavaliadas, reduzindo os gastos do ano que, *ceteris paribus*, aumentariam os resultados (Beatty *et al.*, 2002). Caso a gestão pretendesse divulgar resultados

inferiores, então para um determinado nível de resultados, bastaria elevar os gastos, através da sobreavaliação das imparidades (Beatty *et al.*, 2002).

Esta cadeia de influências é a prescrita por Beatty *et al.* (2002) que referiram, como mecanismos utilizados pela gestão bancária na prossecução dos objetivos de alisamento de resultados, a sobrestimação e subestimação das imparidades. A possibilidade de sobrestimação ou subestimação das imparidades advinha da discricionariedade permitida pelas normas, no caso em estudo a SFAS nº 5 e nº 114, ao indicarem que deva ser reconhecida uma imparidade quando uma perda seja provável e fiavelmente mensurada para determinado empréstimo (El Sood, 2012).

Apesar da discricionariedade exercida pelos gestores no reconhecimento das imparidades para efeito de gestão de resultados, Liu e Ryan (2006) referiram que neste setor existia preferência por manter o nível das imparidades acumuladas relativamente estável, de forma a não alertar as entidades reguladoras e outros *stakeholders*. Para isso, de acordo com Liu e Ryan (2006), as entidades bancárias utilizavam o desreconhecimento dos empréstimos para reduzir o nível de imparidades acumuladas e, assim, dificultar a perceção de gestão de resultados. O desreconhecimento dos créditos deve ocorrer quando já não existir expectativa de que os mesmos sejam recuperados. Porém, se a gestão bancária utilizar o desreconhecimento dos créditos apenas como mecanismo de gestão de resultados, estes créditos podem, ainda que de forma residual, ser recuperados. Este acontecimento obrigava a gestão bancária a desreconhecer mais créditos, de forma a manter o objetivo de gestão em prática (Liu e Ryan, 2006).

Para Liu e Ryan (1995, 2006) a composição dos créditos era também suscetível de determinar a capacidade da gestão para gerir os resultados. As imparidades determinadas com base individual requerem a evidência de um facto de perda, enquanto que, nas imparidades avaliadas em base coletiva, o método utilizado tem por base estatísticas históricas de incumprimento. Liu e Ryan (1995) consideraram que em períodos de quebra económica, quando existissem incentivos ao adiamento do reconhecimento de imparidades, o reconhecimento destas em base coletiva conferia um menor grau de discricionariedade à gestão das instituições bancárias. Assim sendo, seriam mais tempestivas que o reconhecimento das imparidades em base individual. Já para os anos de crescimento económico, Liu e Ryan (2006) consideravam que, tanto as

imparidades como o seu desconhecimento eram antecipados para empréstimos avaliados coletivamente.

3.1.3. Evidência Empírica

Após a análise das motivações e dos mecanismos de associação entre as imparidades e a gestão de resultados, serão agora expostas as evidências empíricas presentes na literatura.

Nos seus resultados, Beatty *et al.* (2002) descobriram que as instituições bancárias públicas não reportavam pequenas reduções de resultados com a frequência que seria expectável. Era, portanto, esperado que essas pequenas reduções fossem reportadas com uma maior frequência. Os autores supra referidos encontraram também evidência de que a divulgação de pequenos aumentos de resultados excedia a expectativa, conforme a preferência dos gestores por divulgar resultados estáveis, mas crescentes.

Quanto às entidades bancárias privadas, Beatty *et al.* (2002) encontraram evidência, porém fraca, de que estas reportavam menos reduções de resultados, quando comparado com o expectável. No entanto, não encontraram evidência de reporte de mais pequenos aumentos de resultados que o esperado. Foi ainda evidenciado que as imparidades desempenharam um papel fundamental ao evitar o reporte de pequenas reduções de resultados para as instituições bancárias públicas e privadas, porém, para estas últimas, apenas marginalmente. Anandarajan *et al.* (2007) obtiveram evidência semelhante ao verificarem que os resultados divulgados pelas instituições bancárias cotadas eram positiva e estatisticamente mais relacionados com as imparidades, do que os resultados divulgados pelas entidades bancárias não cotadas.

Ainda consistente com as suas previsões, o estudo desenvolvido por Beatty *et al.* (2002) encontrou evidência de que as instituições bancárias públicas reportavam mais frequentemente pequenos aumentos de resultados do que as instituições privadas, e que apresentavam tendências de resultados positivos mais longas.

Cheng (2012) encontrou evidência de que entidades bancárias que atingem resultados positivos ou as estimativas dos analistas utilizavam a discricionariedade no reconhecimento das imparidades para esse efeito. Fica, portanto, evidenciado o uso de discricionariedade no reconhecimento das imparidades para atingir *benchmarks* de resultados, por parte da gestão das entidades. Cheng (2012) encontrou também evidência do conflito existente entre a teoria de alisamento de resultados e a teoria de sinalização.

Liu e Ryan (2006) documentaram também a prática de alisamento de resultados pelas instituições bancárias através do reconhecimento discricionário de imparidades. As entidades bancárias reconheciam mais imparidades quanto maiores fossem os resultados antes de imparidades, concluindo os autores que existia alisamento de resultados, e que este era mais forte para instituições bancárias mais rentáveis. Para além disto, o alisamento era mais forte para as entidades bancárias que detinham mais empréstimos, cujo reconhecimento das imparidades era avaliado em base coletiva. No período de crescimento, em estudo, este tipo de avaliação conferia uma maior discricionariedade no reconhecimento das imparidades. Nos seus resultados, Liu e Ryan (2006) encontraram evidência de que existia, por parte das entidades bancárias mais rentáveis, um desreconhecimento maior dos empréstimos avaliados coletivamente do que individualmente, e que esse desreconhecimento era maior em relação às outras entidades, as menos rentáveis.

Quanto à opinião de que as entidades bancárias utilizariam o desreconhecimento para ocultar o alisamento de resultados, Liu e Ryan (2006) verificaram que as entidades mais rentáveis desreconheciam mais empréstimos quando experienciavam recuperações de empréstimos coletivos maiores do que recuperações de empréstimos individuais. Esse desreconhecimento era maior do que nas entidades menos rentáveis, denotando o desreconhecimento antecipado dos empréstimos (Liu e Ryan, 2006). Os mesmos autores demonstraram, portanto, que a gestão das entidades bancárias com mais incentivos (os mais rentáveis) alisava resultados através das imparidades que maior discricionariedade permitiam (empréstimos avaliados coletivamente) e tentava ocultar o alisamento, mantendo o nível de imparidades acumuladas relativamente estável.

Anandarajan *et al.* (2007) verificaram que existia a prática de alisamento de resultados através das imparidades mas, tal como previam, existia uma maior agressividade desta prática após a entrada em vigor do acordo de Basileia I.

No que respeita à capacidade das IFRS melhorarem a qualidade do reporte financeiro, Leventis *et al.* (2011) encontraram evidência de que a propensão para utilizar as imparidades para alisar resultados era menor a partir do início da vigência do normativo. Ainda assim, a prática de alisamento de resultados através das imparidades não foi extinta.

3.2. Gestão de Capital Regulado

De seguida, serão apresentadas as principais contribuições, encontradas na literatura existente, para o tema da gestão de capital regulado. Numa primeira fase, serão abordadas as motivações e o modo como as imparidades influenciam a gestão do capital regulado. Por último, serão referenciados os principais resultados obtidos dos estudos empíricos.

3.2.1. Motivações

O objetivo da presente sub-secção é perceber quais as motivações que levaram a gestão das instituições bancárias a realizar gestão do seu capital regulado, conforme a literatura revista.

Por gestão de capital regulado entende-se a intenção e subsequente ação, por parte da gestão das entidades bancárias, de influenciar os rácios de capital exigidos pelas autoridades de regulação e supervisão bancárias. Representa a forma que as entidades bancárias encontraram para explorar a divergência entre o verdadeiro capital económico, que representa a sua capacidade de absorver perdas inesperadas, e o capital medido pelos rácios (Shrieves e Dahl, 2003). A regulação do capital tem como objetivo

mitigar os problemas de risco moral provenientes da prestação de garantias por parte dos governos (Greenbaum and Thakor 1995 *in* Ahmed 1999; Berger *et al.* 1995 *in* Ahmed 1999). Para contribuir para a credibilidade do sistema financeiro, os governos garantem, ainda que em parte, os depósitos realizados nas instituições bancárias. Assim, os problemas de risco moral a que os autores se referiam derivam da gestão das entidades poder optar por incorrer em riscos mais elevados “possibilitados” pela garantia prestada pelos governos.

A exigência do cumprimento dos rácios de capital obriga a um comportamento, por parte das instituições bancárias, mais conservador, nomeadamente ao nível da sua alavancagem financeira. Assim, os rácios de capital limitam os riscos a que estas entidades estão expostas. A este respeito, veja-se a exigência por parte do ECB aquando do Programa de Assistência Financeira a Portugal que estabeleceu, para os oito maiores grupos bancários portugueses, o cumprimento de um rácio de crédito sobre depósitos de 120% (BdP, 2014a).

Relacionando com as imparidades, Moyer (1990) referiu que a inclusão das imparidades acumuladas no cálculo do rácio de capital implicava que um aumento das imparidades de crédito incrementasse o rácio de capital. Dada esta ligação, Ahmed *et al.* (1999) indicaram que os gestores das entidades bancárias com capital reduzido tinham incentivos em aumentar as imparidades de crédito, com vista a melhorar o rácio de capital da sua entidade.

Para Moyer (1990), os custos regulatórios, decorrentes das sanções aplicadas pelos reguladores devido à insuficiência de capital, eram uma motivação para os gestores adequarem o capital aos valores exigidos pelos reguladores. Porém, esta afirmou que a gestão bancária não conseguia ter uma perceção antecipada dos resultados, pelo que, no final do ano, poucos ajustamentos contabilísticos podiam ser realizados sem incorrer em elevados custos. Entre os ajustamentos contabilísticos menos dispendiosos encontravam-se as imparidades. As entidades com capital inadequado teriam uma maior probabilidade de incorrer em maiores custos regulatórios por terem capital insuficiente. Desta forma, os gestores, preferindo incorrer em menores custos regulatórios, realizariam ajustamentos contabilísticos enquanto o custo desses ajustamentos fosse inferior aos custos regulatórios (Moyer, 1990).

Visão semelhante é a proposta por Beatty *et al.* (1995) na defesa deste incentivo para a gestão, a minimização dos custos regulatórios. No entanto, no seu trabalho, as condições motivadoras da gestão de capital eram diferentes das descritas por Moyer (1990), pois enquanto a última previa a gestão quando o rácio de capital estivesse abaixo do limite mínimo, Beatty *et al.* (1995) defendiam que a gestão ocorria quando o rácio de capital diminuísse e se aproximasse do valor exigido. Existe, assim, entre estes autores, uma diferente atribuição de antecipação de perspetivas por parte da gestão das entidades bancárias. Por outro lado, entidades com capital em excesso têm um custo de capital próprio mais elevado decorrente do custo de oportunidade do capital em excesso. O custo de oportunidade do capital em excesso deriva da alternativa deste poder ser investido em projetos que criem valor ou ser devolvido aos acionistas e, portanto, Beatty *et al.* (1995) afirmaram que os gestores tinham incentivos em gerir o capital regulado para balancear os custos regulatórios e os custos de oportunidade.

Beatty *et al.* (1995) concordaram com o referido por Moyer (1990) em relação às imparidades serem parcialmente discricionárias. Os primeiros acrescentaram que o desconhecimento dos empréstimos também o fosse, devido à SFAS nº 5 que requeria que as imparidades acumuladas fossem suficientes para cobrir perdas prováveis e estimadas. No entanto, ao considerarem que tanto as imparidades como o desconhecimento incorporavam também uma componente discricionária, esta poderia ser utilizada para gestão de capital.

Collins *et al.* (1995) optaram por uma abordagem distinta, ao especificarem duas razões para a realização de aumentos de capital e ao associá-las às opções disponíveis para realizar o aumento de capital. Por um lado, o crescimento que uma entidade bancária pudesse eventualmente experienciar, quer fosse ao nível de depósitos, quer fosse através de aquisições de outras entidades bancárias, implicaria um aumento no denominador do rácio de capital mais do que proporcional ao numerador. Por outro, dificuldades financeiras enfrentadas pelas entidades bancárias (e.g. quebra no mercado de empréstimos) reduziriam o numerador do rácio de capital. Esta redução no numerador do rácio de capital proviria da diminuição de resultados e portanto geraria menos capital através dos resultados transitados. No entanto, se se verificasse um aumento no

incumprimento dos créditos, o desreconhecimento desse créditos aumentaria reduzindo também o numerador do rácio (Collins *et al.*, 1995).

Shrieves e Dahl (2003) realizaram uma análise ao reconhecimento das imparidades nas entidades bancárias japonesas entre 1989 e 1996, num período de dificuldades financeiras com a consequente deterioração da qualidade dos ativos das entidades. Reunidas estas condições, adversas ao bom desempenho e estabilidade das mesmas, existia a hipótese da gestão destas ter utilizado a discricionariedade presente nas normas para gerir resultados e capital regulado (Shrieves e Dahl, 2003). Os custos regulatórios eram, também neste caso, de significativa importância para decisão da gestão, pelo que os gestores escolheriam uma estratégia que minimizasse os custos regulatórios e os custos de financiamento, necessários ao cumprimento do rácio (Kane 1997 *in* Shrieves e Dahl 2003). Shrieves e Dahl (2003) previram ainda que, se as instituições bancárias optassem por uma estratégia que permitisse aumentar o rácio de capital apenas através da discricionariedade das normas contabilísticas, realizariam gestão de capital regulado sem que a sua solvência fosse afetada. Ou seja, seria explorada a divergência entre o verdadeiro capital económico e o capital medido pelos rácios.

3.2.2. Associação às imparidades

De seguida, encontra-se apresentado o papel atribuído às imparidades para efeitos de gestão de capital regulado, segundo Moyer (1990), Collins *et al.* (1995), Ahmed *et al.* (1999), Anandarajan *et al.* (2007) e Leventis *et al.* (2011).

No estudo elaborado por Moyer (1990), é explicitada a fórmula de cálculo do rácio de capital, no qual as imparidades acumuladas pertenciam ao numerador. É, portanto, observável que quanto maior fosse o valor das imparidades acumuladas, maior seria o rácio de capital. Assim, a gestão de uma entidade bancária que pretendesse aumentar o rácio de capital, poderia aumentar as imparidades dos créditos ou diminuir o desreconhecimento de créditos. As imparidades acumuladas provêm da diferença entre as imparidades reconhecidas e o desreconhecimento dos créditos e, para existir um

aumento do rácio de capital era necessário um aumento das imparidades acumuladas (Moyer, 1990). Collins *et al.* (1995) propuseram exatamente o mesmo raciocínio.

Na análise realizada por Ahmed *et al.* (1999), foi verificado se a entrada em vigor, à data, de uma nova forma de cálculo dos rácios de capital, mais em concreto a estabelecida pelo Basileia I, teria influência na gestão de capital regulado por parte dos gestores das entidades bancárias. De acordo com as regras estipuladas pelo Basileia I e citadas por Ahmed *et al.* (1999), passaram a existir dois rácios de capital, o *Tier I* e o *Tier II* cujo denominador era composto pelos ativos ponderados pelo risco inerente. As imparidades acumuladas deixaram de ser consideradas no cálculo do *Tier I*, e passaram apenas a ser consideradas no rácio *Tier II* até ao máximo de 1.25% dos ativos ponderados pelo risco. Foi ainda definido um valor mínimo para o *Tier I* e para o total de capital (composto pela soma do *Tier I* e *II*). Porém, o *Tier II* não poderia exceder o *Tier I*, ou seja, pelo menos 50% do total de capital teria de ser composto pelos elementos do *Tier I*.

Assim, Ahmed *et al.* (1999) previram que, após a entrada destas normas, os incentivos à gestão de capital regulado, via imparidades, seriam inferiores, devido ao efeito contrário que um aumento das imparidades repercutisse nos rácios *Tier I* e *Tier II*. Existiu, de facto, uma alteração nas relações entre imparidades e os rácios de capital, introduzida pelo acordo de Basileia I. Assim sendo, e tendo em conta o efeito contrário que o reconhecimento das imparidades tinha nos rácios, as imparidades seriam reconhecidas de acordo com o incentivo em melhorar o rácio *Tier I* ou o *Tier II*. Caso a entidade bancária tivesse necessidade de capital medido pelo *Tier I*, reconheceria menores imparidades. Porém, caso o *Tier I* tivesse margem e o *Tier II* estivesse em incumprimento, manter-se-ia a ligação anterior, de aumentar as imparidades para aumentar o rácio.

Previsões semelhantes foram realizadas por Anandarajan *et al.* (2007) e Leventis *et al.* (2011), com estes últimos a acrescentarem que, com a introdução das IFRS e consequente diminuição da discricionariedade permitida pelas normas, assistir-se-ia a uma menor propensão à gestão de capital regulado, à semelhança do atrás referido sobre a gestão de resultados.

3.2.3. Evidência Empírica

Seguidamente, e em consonância com a secção anterior, serão apresentados os resultados alcançados a partir do trabalho empírico desenvolvido na literatura.

Os resultados obtidos por Moyer (1990) permitiram-lhe concluir que as imparidades desempenharam um papel importante no aumento dos rácios de capital. Tal como previsto por Moyer (1990), este aumento do rácio de capital foi conseguido através do aumento nas imparidades acumuladas, resultante da diferença entre imparidades e desreconhecimento. No entanto, da evidência encontrada, a autora concluiu que o aumento dos rácios de capital foi conseguido através do reconhecimento de imparidades discricionárias, uma vez que o desreconhecimento foi contrário ao esperado.

Já Beatty *et al.* (1995) encontraram evidência de que tanto as imparidades como o desreconhecimento dos empréstimos foram utilizados pelos gestores das entidades bancárias para gestão dos rácios de capital.

O modelo proposto por Beatty *et al.* (1995) permitiu-lhes ainda concluir que as decisões relativas ao reconhecimento de imparidades e desreconhecimento dos créditos eram conjuntamente tomadas, corroborando a ideia de que o custo de exercer discricionariedade nas componentes variava positivamente com o nível de discricionariedade utilizado. Portanto, os gestores combinaram as imparidades com o desreconhecimento para atingir o objetivo de gestão de capital regulado e minimizar o custo de utilização de discricionariedade.

Nos seus resultados, Collins *et al.* (1995) apenas encontraram ligação para reconhecimento de imparidades e desreconhecimento de empréstimos com o fator crescimento, não encontrando ligação entre estas variáveis e dificuldades financeiras, nas motivações para incorrerem em gestão de capital. Ainda assim, a relação positiva com as imparidades, indicando que os gestores das instituições bancárias com pouco capital diminuía as imparidades, é contrária ao previsto e encontrado por Beatty *et al.* (1995), referindo os autores que diferenças nas especificações dos modelos poderiam estar na origem de tais resultados. Quanto ao desreconhecimento, a relação era positiva, como prevista, indicando que entidades bancárias com necessidade de capital realizaram

menos desreconhecimentos e, por esta via, geriram o capital regulado. Descobriram também que, se necessário, a gestão das entidades incorreria em maiores custos fiscais para reportar menos desreconhecimento.

Na sua comparação entre utilização das imparidades para gestão de capital regulado em dois regimes distintos, Ahmed *et al.* (1999) encontraram evidência da utilização das imparidades para gestão de capital, anteriormente à entrada dos acordos de Basileia. Com a alteração da fórmula de cálculo dos rácios de capital, e como anteriormente referido, os incentivos à gestão de capital através das imparidades reduziram-se. Perante a fórmula de cálculo dos rácios de capital, imposta pelo Basileia I, as instituições bancárias tinham incentivos a reconhecer mais imparidades quando tivessem insuficiência do rácio de capital total e os limites no rácio de *Tier II* não tivessem sido alcançados, comprometendo, no entanto, o rácio de *Tier I*. Ahmed *et al.* (1999) documentaram que existiu gestão de capital regulado, mas apenas para o rácio de capital total, após entrada do Basileia I. A gestão deste rácio, através das imparidades, verificou uma diminuição, provavelmente devido ao efeito causado no *Tier I*.

Resultados semelhantes aos de Ahmed *et al.* (1999) foram obtidos por Anandarajan *et al.* (2007) e Leventis *et al.* (2011). Porém, ao contrário de Ahmed *et al.* (1999), que examinaram também o rácio de capital total, Anandarajan *et al.* (2007) e Leventis *et al.* (2011) não realizaram esse teste, o que os levou a concluir que não tinha sido realizada gestão de capital após a entrada em vigor do Basileia I e das IFRS, respetivamente. Importa referir que em ambos os estudos apenas foi realizado o teste à gestão de capital medido pelo rácio *Tier I*.

Na presente investigação, será verificado se existiram comportamentos por parte da gestão bancária que possam ser associados com gestão de capital regulado, medido pelo rácio *Tier I*, para os anos de 2008 a 2010 e, pelo rácio *Core Tier* entre 2011 e 2013.

Capítulo 4. Objetivos e Metodologia do Trabalho Empírico

O presente capítulo tem como propósito principal apresentar os objetivos do estudo desenvolvido, as questões de investigação inerentes e os métodos e metodologias de pesquisa seguidos.

4.1. Objetivos

Através da revisão de literatura é possível verificar a presença de diversas motivações para o exercício de discricionariedade nos julgamentos emitidos pelos gestores das entidades bancárias, mais propriamente quanto ao reconhecimento das imparidades nos créditos a clientes. Considerou-se, através da revisão de literatura, que o alisamento de resultados constitui a principal motivação para a gestão de resultados, pelo que daqui em diante sempre que se refira gestão de resultados pretende-se que esta seja vista como alisamento de resultados. Ainda que se assista a uma redução da discricionariedade exercida pelos gestores (Anandarajan *et al.*, 2007 e Leventis *et al.*, 2011), que se deve fundamentalmente ao reforço das normas e estreitamento de possibilidades de escolha pela regulação, bancária e contabilística, as motivações para o exercício de discricionariedade não desapareceram.

O presente estudo pretende colmatar uma lacuna existente na literatura, no que se refere à verificação da existência de discricionariedade no reconhecimento das imparidades, exclusivamente para as entidades bancárias portuguesas. Assim sendo, o objetivo será proporcionar uma visão e entendimento sobre o tema, tentando responder às questões de investigação seguintes:

Q.I. 1: A gestão das entidades bancárias exerceu discricionariedade no reconhecimento das imparidades podendo esta ser associada a objetivos de gestão de resultados?

Q.I. 2: A gestão das entidades bancárias exerceu discricionariedade no reconhecimento das imparidades podendo esta ser associada a objetivos de gestão de capital regulado?

Explicitando, pretende-se obter uma conclusão, assente no caso português, acerca de um eventual desvio nas imparidades reconhecidas pelas entidades bancárias, no prosseguimento, por parte dos gestores, de outros objetivos que não a transmissão de “uma imagem verdadeira e apropriada” da situação da entidade.

4.2. Metodologia

Para prosseguir a análise foi necessário identificar os moldes de atuação no setor bancário nacional. Desta forma, foram identificados os *players* do setor. Numa fase posterior, foram recolhidos e tratados os dados essenciais à elaboração e estimação do modelo.

Do universo populacional existente, foi recolhida uma amostra, ou seja, um conjunto de dados que consiste apenas numa parte da população (Freund, 2004). Relativamente à amostra selecionada, esta corresponde às entidades bancárias que estão sujeitas às inspeções transversais de imparidades, em base consolidada, realizadas pelo BdP. As entidades selecionadas sujeitas a este tipo de inspeções constituem oito grupos bancários que representam 80% dos ativos do sistema bancário português (BdP, 2014a). Considera-se, portanto, que se trata de uma amostra representativa do setor.

A amostra é composta pelos seguintes atores: Banco Comercial Português (BCP), Banco Português de Investimento (BPI), Banco Santander Totta (BST), Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), Caixa Geral de Depósitos (CGD), Espírito Santo Financial Group (ESFG), Rentipar Financeira e o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) (BdP, 2014a).

Após a constituição da amostra, foi selecionado o período de análise do presente estudo. Assim sendo, são analisadas as imparidades reconhecidas pelos oito grupos bancários, para o período compreendido entre 2008 e 2013. A escolha desta janela temporal deve-se, sobretudo, à atualidade dos dados e, particularmente, ao facto de terem ocorrido acontecimentos relevantes neste mesmo horizonte temporal.

Este horizonte temporal abrange um período inicial pré-crise financeira, o período de eclosão da crise financeira e o período da crise das dívidas soberanas. Foram períodos que acarretaram exigências significativas para as entidades analisadas, nomeadamente quanto à sua solvabilidade e forma de atuação. É importante ainda referir que a análise efetuada termina num período de rescaldo, no qual são instauradas, pelas entidades reguladoras, formas de restaurar o sistema financeiro e a confiança no mesmo. No período analisado, relacionado com os acontecimentos ocorridos, surge, portanto, um melhoramento da supervisão bancária, prudencial e comportamental, onde se colocam maiores exigências às entidades bancárias, tendo em vista garantir um melhor funcionamento do sistema financeiro. Desta forma, os resultados são de extrema utilidade para que se compreenda se, de alguma forma, as escolhas realizadas pelos gestores bancários foram afetadas pelos acontecimentos ocorridos no referido período.

No que concerne à recolha de dados, esta foi efetuada recorrendo aos R&C anuais de cada instituição analisada, disponibilizados no sítio do BdP⁷, excetuando o caso da ESFG, cujos dados foram obtidos a partir do sítio da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)⁸. Apesar do período em análise ser de 2008 a 2013, foram também recolhidos dados de 2007 de forma a possibilitar a elaboração das variações, tanto das insolvências como do rácio de crédito com incumprimento, evitando-se, desta forma, a diminuição de um ano na amostra. Desta forma, a amostra do presente estudo é constituída por 48 observações.

Existe ainda uma ressalva a mencionar quanto à amostra. Verificou-se uma alteração numa das instituições analisadas, no ano de 2013: “O início do ano de 2013 ficou marcado pelo facto de o Grupo Rentipar ter perdido a sua posição enquanto acionista dominante do Banif – Grupo Financeiro, fruto da recapitalização com recurso a fundos públicos” (R&C 2013 Rentipar Financeira, SGPS, S.A., pp. 3). Assim, foram consideradas as contas consolidadas da Rentipar Financeira durante o período de 2007 a 2012, e as contas consolidadas do Banif para o ano de 2013. A opção pela introdução das demonstrações financeiras do Banif no ano de 2013 deriva do facto de não se considerar que a qualidade da amostra seleccionada tenha sido afetada.

⁷ <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx>

⁸ http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/contas_anuais.cfm

Para dar continuidade ao estudo, procedeu-se à formulação das hipóteses de investigação, as quais se apresentam de seguida:

- Hipótese 1: Os gestores das entidades bancárias utilizam a discricionariedade no reconhecimento das imparidades de forma compatível com a teoria do alisamento de resultados.
- Hipótese 2: A gestão das entidades bancárias cotadas, quando comparada com a gestão das entidades não cotadas, tem uma maior propensão em atuar conforme o previsto na teoria de alisamento de resultados.
- Hipótese 3: Um aumento da regulação e uma supervisão mais restrita reduzem os incentivos da gestão das entidades bancárias de incorrer em comportamentos que possam ser associados com o alisamento de resultados.
- Hipótese 4: Os gestores das entidades bancárias utilizam a discricionariedade no reconhecimento das imparidades, podendo este tipo de comportamento ser análogo a um comportamento de gestão dos rácios de capital.
- Hipótese 5: Um aumento da regulação e uma supervisão mais restrita reduzem os incentivos dos gestores das entidades bancárias a adotarem comportamentos que possam ser associados com o comportamento de gestão dos rácios de capital.

Para testar as hipóteses acima descritas, são utilizados diferentes modelos cuja estimação foi realizada recorrendo ao software Gretl.

Capítulo 5. Estudo Empírico

Os modelos utilizados no presente estudo têm como base os modelos adotados por Ahmed *et al.* (1999), Anandarajan *et al.* (2007) e Leventis *et al.* (2011) na verificação de um exercício discricionário, por parte dos gestores das entidades bancárias, no reconhecimento das imparidades de forma a atingir outros objetivos que não a transmissão de “uma imagem verdadeira e apropriada” da situação da entidade. O modelo proposto por Ahmed *et al.* (1999) parece indicado para o presente estudo pois utiliza, nas variáveis independentes, variáveis de controlo que devem prever o comportamento das imparidades. Ou seja, as variáveis de controlo devem ter a capacidade de determinar a componente não discricionária no reconhecimento das imparidades. Assim, existirá um exercício discricionário no reconhecimento das imparidades se estas estiverem relacionadas com outros aspetos para além das variáveis de controlo (Beaver e Engel, 1996).

Para além disso, este modelo foi também utilizado e aprovado por Anandarajan *et al.* (2007) e Leventis *et al.* (2011). No entanto, procedeu-se a alterações ao modelo inicial para a realização de testes mais específicos do presente estudo.

5.1. Técnicas de Seleção do Modelo

O espectro de análise às imparidades reconhecidas pelos oito maiores grupos bancários portugueses, durante o período de 2008 a 2013, proporciona dados que se configuram como sendo dados em painel: *time series* e *cross section*, ou seja, dispõe-se de dados para várias entidades observadas ao longo do tempo. Os estudos assentes na análise de dados em painel apresentam diversas vantagens quando comparados com estudos que se baseiam apenas em dados seccionais ou temporais.

Os dados em painel permitem, numa primeira instância, a realização de uma comparação entre indivíduos, possibilitando a observação de comportamentos heterogéneos entre os mesmos, ou seja, permite a análise da denominada

heterogeneidade individual (Marques, 2000), o que no presente estudo significa diferenciar os comportamentos adotados pelos indivíduos perante as motivações inerentes a cada um. Em segundo lugar, ao serem considerados diversos períodos, é possível a observação dos comportamentos dos indivíduos perante acontecimentos que ocorram no horizonte temporal em análise (Marques, 2000). Por fim, estudos com dados em painel proporcionam ainda uma maior quantidade de informação, o que permite obter uma maior variabilidade dos dados, mais graus de liberdade e, conseqüentemente, aumentar a eficiência da estimação (Baltagi, 2005; Marques, 2000).

Contudo, a estimação de modelos com dados em painel não se encontra isenta de limitações, na medida em que a própria recolha e agregação dos dados poderá acarretar distorções e enviesamentos (Baltagi, 2005; Marques, 2000).

Para estudos com dados em painel existem dois tipos de modelos: o estático e o dinâmico. A equação (5.1) apresenta a especificação genérica do modelo de estimação com dados em painel. O modelo dinâmico apresenta como uma das variáveis independentes a variável dependente desfasada. Ora, este tipo de modelo é comumente utilizado quando a variável explicada de determinado ano tem também a capacidade de ser explicativa em anos posteriores, pois vai-se autoajustando mediante novos cenários e novas condicionantes. No presente estudo, isto significaria afirmar que as imparidades reconhecidas em determinado ano seriam influenciadas pelas imparidades reconhecidas em anos anteriores. Assim sendo, este tipo de modelo não é apropriado uma vez que as imparidades devem ser reconhecidas no momento em que a perda se verifica. Os modelos utilizados por Ahmed *et al.* (1999), Anandaraajan *et al.* (2007) e Leventis *et al.* (2011) são modelos estáticos, pelo que este será também utilizado no presente estudo.

$$Y_{it} = \beta_{1it}X_{1it} + \beta_{2it}X_{2it} + \dots + \beta_{kit}X_{kit} + \mu_{it} \quad \text{equação (5.1)}$$

Sendo que, $i = 1, 2, \dots, N$ unidades e $t = 1, 2, \dots, T$ períodos de tempo. O β_{it} corresponde ao vetor ($k \times 1$) de parâmetros desconhecidos relativos ao indivíduo i no momento t e X_{it} a matriz ($k \times 1$) de variáveis explicativas. Se existir termo independente, a primeira coluna da matriz será composta por 1's (Marques, 2000).

Importa referir que os modelos estáticos englobam três modelos de regressão: o modelo agregado *pooled* (equação 5.2), o modelo com efeitos fixos (equação 5.3) e o modelo com efeitos aleatórios (equação 5.4).

No modelo agregado *pooled*, os coeficientes são regredidos por OLS e considera-se que não existe heterogeneidade entre os indivíduos. O modelo com efeitos fixos é útil quando se pretende explorar o comportamento de determinado indivíduo através da análise das relações entre variável explicada e explicativa. A utilização de um modelo com efeitos fixos implica a introdução de uma variável *dummy* para cada indivíduo de modo a controlar o seu comportamento, o que só por si já é uma desvantagem, uma vez que elimina todos os efeitos que não variam com o tempo e ainda consome graus de liberdade. Ora, isto significa que a heterogeneidade entre os indivíduos será captada apenas na parte constante e esta manter-se-á inalterada ao longo do tempo (Marques, 2000; Wooldridge, 2010).

Por outro lado, o modelo com efeitos aleatórios deve ser utilizado quando se prevê que as diferenças entre os indivíduos exerçam alguma influência na variável dependente. Neste, assume-se que os efeitos não observados entre indivíduos são aleatórios e não correlacionados com as variáveis explicativas incluídas no modelo, ou seja, que a heterogeneidade entre secções é captada através do termo de erro (Marques, 2000; Wooldridge, 2010).

$$Y_{it} = \alpha + \beta' X_{it} + \mu_{it} \quad \text{equação (5.2)}$$

$$Y_{it} = \alpha_i + \beta' X_{it} + \mu_{it} \quad \text{equação (5.3)}$$

$$Y_{it} = \alpha + \beta' X_{it} + \varepsilon_{it} \quad \text{sendo que } \varepsilon_{it} = \alpha_i + \mu_{it} \quad \text{equação (5.4)}$$

Apesar da discussão e suporte teórico existente para cada um dos três modelos anteriormente referidos, de forma a tomar uma decisão sustentada entre os mesmos, a opção pelo modelo a utilizar deve ter em conta os resultados obtidos através de testes específicos. Estes últimos foram desenvolvidos para aferir qual o método de estimação mais adequado de acordo com a amostra selecionada. De seguida, encontram-se apresentados os referidos testes, explicitando-se as hipóteses de teste inerentes a cada um.

Começando pelo teste da *poolabilidade* ou teste de Chow⁹, este permite verificar a homogeneidade ou heterogeneidade do coeficiente de interceção. Assim sendo, sob a hipótese nula, a modelação dos dados em painel com coeficientes homogéneos entre entidades é adequada aos dados em análise. Desta forma, os estimadores obtidos através de ambos os modelos (*pooled* e efeitos fixos) são consistentes. Porém, apenas os estimadores do modelo *pooled* são eficientes (Marques, 2000).

$$H_0: \alpha_1 = \alpha_2 = \dots = \alpha_N$$

$$H_1: \alpha_1 \neq \alpha_2 \neq \dots \neq \alpha_N, \text{ considerando-se o } N \text{ o número de secções.}$$

O teste de F pode ser assim representado:

$$F_{(N-1, NT-N-K)} = \frac{(RSS_{R2} - RSS_{R1}) / (N - 1)}{(1 - RSS_{R2}) / (NT - N - K)} \quad \text{equação (5.5)}$$

No caso da hipótese nula ser rejeitada, ou seja, no caso de um modelo com coeficientes homogéneos entre entidades não ser apropriado, existe então a necessidade de efetuar um teste adicional de forma a apurar-se qual o modelo mais adequado: se o de efeitos fixos ou o de efeitos aleatórios. Trata-se do teste de Hausman, a especificar posteriormente. Contudo, ainda no caso de não se rejeitar a hipótese H_0 do teste de F, é

⁹ Teste de F

necessário verificar se um modelo de efeitos aleatórios é mais adequado que um modelo *pooled*. Para esse efeito utiliza-se o teste de LM (*Lagrange Multiplier*), proposto por Breusch, Pagan e Godfrey (Wooldridge, 2010).

O teste de LM testa a existência de efeitos aleatórios tendo em consideração os resíduos de estimação do modelo.

$$H_0: \sigma_{\eta}^2 = 0$$

$$H_1: \sigma_{\eta}^2 \neq 0$$

A hipótese H_0 indica que a variância entre entidades é nula, ou seja, indicia que não existe uma diferença significativa entre as mesmas. O teste de LM pode ser especificado da seguinte forma:

$$LM = \frac{n T}{2 (T - 1)} \left[\frac{\sum_{i=1}^n [\sum_{t=1}^T e_{it}]^2}{\sum_{i=1}^n \sum_{t=1}^T e_{it}^2} - 1 \right]^2 \quad \text{equação (5.6)}$$

e_{it} considera-se o resíduo de estimação *pooled*.

Tal como já referido, existe também o teste de Hausman, a partir do qual é possível aferir qual o modelo mais adequado, entre o modelo com efeitos fixos e o modelo com efeitos aleatórios. A hipótese H_0 , do teste de Hausman, reflete a assunção do pressuposto de que η_i não se encontra correlacionado com X_{it} , indicando que não existe diferença entre as estimativas efetuadas pelo modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios. No caso de esta não ser rejeitada e dos restantes testes se encontrarem em concordância com o presente, a opção por um modelo de efeitos fixos é a mais adequada (Wooldridge, 2010).

$$H_0: \text{Cov}_{(\alpha_i; X_{it})} = 0$$

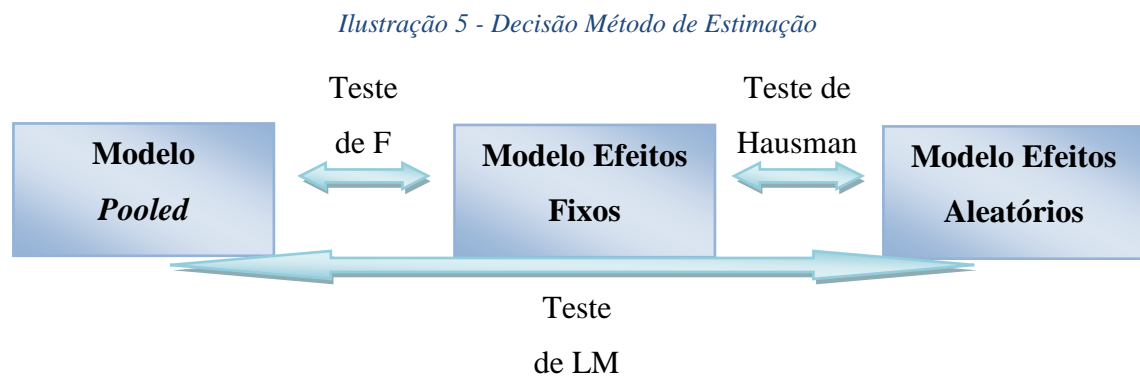
$$H_1: \text{Cov}_{(\alpha_i; X_{it})} \neq 0$$

$$H = (\hat{b}_{fe} - \hat{b}_{re})' (\hat{\Sigma}_{fe} - \hat{\Sigma}_{re}) (\hat{b}_{fe} - \hat{b}_{re}) \quad \text{equação (5.7)}$$

onde $\hat{\Sigma}_{fe}$ e $\hat{\Sigma}_{re}$ são coeficientes do declive das matrizes de covariância para os modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios.

A principal diferença entre a especificação com um modelo de efeitos fixos e um modelo de efeitos aleatórios é que o primeiro considera as diferenças existentes entre as entidades presentes na amostra através do termo independente. Já o segundo considera as diferenças existentes entre as entidades através do termo de perturbação.

No esquema seguinte é possível perceber, resumidamente, quais os testes indicados para efetuar a escolha do modelo mais adequado a cada caso.



Fonte: Elaboração própria

No capítulo 6, ilustrar-se-á a aplicação dos testes aos modelos definidos no âmbito desta investigação e a tomada de decisão pelo modelo mais apropriado, com base nos pressupostos apresentados na presente secção.

5.2. Variáveis

As variáveis incluídas no modelo podem distinguir-se entre variáveis de controlo e as variáveis necessárias para captar a componente discricionária no reconhecimento das imparidades, por parte dos grupos bancários. A utilização destes dois tipos de variáveis permite separar os efeitos das escolhas discricionárias das escolhas não discricionárias no reconhecimento das imparidades. Através das variáveis de controlo, é possível isolar o efeito das escolhas não discricionárias e, portanto, estas devem influenciar diretamente o reconhecimento de imparidades. Isto significa que oscilações neste tipo de variáveis devem ter uma repercussão diretamente relacionada com variações nas imparidades. As variáveis de controlo são, portanto, acontecimentos que exigem o reconhecimento de imparidades “verdadeiras” e “apropriadas”.

No grupo das variáveis de controlo, estão incluídas duas variáveis endógenas às entidades bancárias: os ativos totais, a variação do crédito com incumprimento; e uma exógena: a variação das insolvências decretadas em Portugal.

- Total de Ativos (At): De acordo com Anandarajan *et al.* (2007) a inclusão da variável total de ativos captará o efeito da dimensão da instituição bancária e deverá influenciar positivamente o valor reportado das imparidades. É utilizado o logaritmo decimal de base 10 para aproximação das escalas das diferentes variáveis.
- Variação de Crédito com Incumprimento (ΔCI): Quanto à variação do crédito com incumprimento, trata-se de uma aproximação à variável variação de *non-performing loans*, utilizada por Ahmed *et al.* (1999) como medida do risco de incumprimento e, por estudos anteriores considerados pelo autor. Tal como referido, a variação do crédito com incumprimento é uma aproximação, porque o rácio de crédito em risco seria a variável correspondente à terminologia internacional de *non-performing loans* (BdP, 2011f). No entanto, apesar de ser obrigatória a sua divulgação¹⁰, verificou-se que nem todas as instituições

¹⁰ Pela Instrução nº 16/2004 do BdP

analisadas divulgaram os dados quantitativos da qualidade de crédito, pelo que se optou pelo crédito com incumprimento. A diferença entre estes dois rácios está relacionada com o valor de créditos a considerar em risco, quando existam créditos com prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias, sendo o crédito em risco mais exigente. Quanto maior o valor de créditos com incumprimento, maior será o valor esperado de imparidades reconhecidas, pelo que se espera uma relação positiva entre estas variáveis. Pelas suas características, esta deverá ser a variável que melhor se correlaciona e explica o reconhecimento das imparidades. Este facto é comprovado através da análise de correlação de Pearson entre as duas variáveis, disponível na tabela 6 do Anexo.

- Variação das Insolvências (ΔI): Quanto à variação das insolvências decretadas em Portugal, esta é uma variável exógena às entidades bancárias e a sua inclusão deve-se à tentativa de captação da influência macroeconómica no desempenho das entidades bancárias. Também desta variável é esperada uma influência positiva nas imparidades.

Relativamente às variáveis utilizadas para captar as escolhas discricionárias dos gestores, foram utilizados os resultados antes de impostos e imparidades e o rácio de capital antes de imparidades. Estas variáveis não devem influenciar o reconhecimento de imparidades por parte das entidades bancárias por não constituírem um fundamento para esse reconhecimento. Assim, no caso de existir uma relação significativa entre estas variáveis e as imparidades, existe evidência de um reconhecimento discricionário das imparidades por parte da gestão das entidades bancárias.

- Resultados antes de Impostos e Imparidades (Res): Para testar a hipótese da existência de comportamentos que podem ser associados ao alisamento de resultados, tal como já referido, é utilizada a variável Res . A hipótese de alisamento de resultados prevê que os gestores optem por manter um certo nível de estabilidade nos resultados (Beatty *et al.* (2002); Liu e Ryan (2006)). Assim sendo, uma vez que os resultados a atingir em determinado ano são influenciados por resultados de anos anteriores, os gestores sabem, portanto, quais devem ser os resultados a divulgar. De modo a verificar se as imparidades

reconhecidas foram compatíveis com as que seriam necessárias reconhecer para atingir o nível de resultados pretendido pela gestão, a variável *Res* é indicada para essa análise, uma vez que representa os resultados atingidos pelas entidades, mas são passíveis de serem influenciados pelas imparidades. De acordo com Beatty *et al.* (2002) e Liu e Ryan (2006), existirá alisamento de resultados se as imparidades registadas pelas entidades variarem positivamente com os resultados antes de impostos e imparidades. Esta variável, encontra-se dividida pelo total dos ativos detidos pela entidade, tal como utilizado por Ahmed *et al.* (1999)

- Rácio de Capital antes de Imparidades para o Mínimo Exigível (*Cap*): Quanto à hipótese de se verificarem comportamentos que podem ser associados à gestão de capital regulado, é utilizado o *Cap*. Aqui, a motivação dos gestores para gerirem o nível de capital regulado é garantir que a entidade bancária que dirigem cumpre o nível de capital exigido. Assim, torna-se necessário analisar o nível de capital que as entidades detêm e compará-lo com o valor mínimo exigível. Para verificar se existe compatibilidade de comportamentos com os de gestão de capital regulado através das imparidades reconhecidas, é necessário verificar se existe alguma relação, e se esta é significativa, entre as imparidades e a variável *Cap*. Este rácio é obtido através da eliminação do efeito das imparidades no numerador do rácio de capital. A variável *Cap* demonstra então, o excesso de rácio de capital que as entidades bancárias possuem, antes do efeito das imparidades reconhecidas. Este rácio é o necessário para averiguar se foram prosseguidos comportamentos compatíveis com os de gestão de capital regulado pois, tal como na hipótese de alisamento de resultados, este indica o rácio de capital que as entidades bancárias têm sem a influência das imparidades. Assim, este valor pode ser visto como uma reserva que as entidades bancárias detêm para garantir que cumprem com o capital regulado e, para este efeito, a reserva tem de ser positiva. Uma vez que um aumento de resultados afeta positivamente o rácio de capital, os gestores das entidades bancárias com o objetivo de melhorar o rácio de capital reconhecem menores imparidades. Desta forma, os comportamentos prosseguidos pela gestão das entidades bancárias podem ser

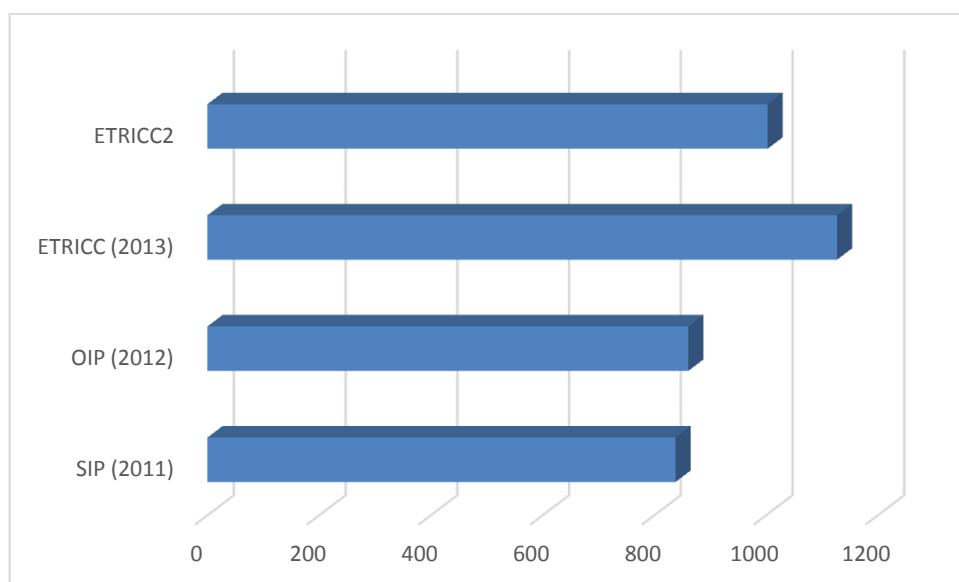
associados aos de gestão de capital regulado se o rácio de capital variar positiva e significativamente com as imparidades reconhecidas. Esta forma de atuação indicia que as entidades bancárias reservam o reconhecimento de maiores imparidades para anos com uma maior reserva de capital. Esta relação é semelhante à proposta por Ahmed *et al.*, (1999). Porém, desde que o seu estudo foi realizado até à atualidade, a forma de cálculo dos rácios de capital foi sofrendo alterações. Os rácios utilizados foram o *Tier I* para o período entre 2008 e 2010 e, o rácio *Core Tier* para o período entre 2011 e 2013.

Foram também incluídas duas variáveis *dummy* com o objetivo de realizar testes adicionais. As variáveis *dummy* são úteis caso se pretenda analisar comportamentos distintos dentro da amostra. Uma das variáveis utilizadas permite diferenciar a amostra entre entidades que estão cotadas; a outra variável permite distinguir os períodos em que são realizados os exercícios de revisão de imparidades.

- Cotadas (Cot): De acordo com Beatty *et al.* (2002), as entidades cotadas são mais propensas a alisar resultados. Assim, a introdução desta variável permitirá a análise da hipótese, para o caso português, que as entidades bancárias cotadas, quando comparadas com as entidades não cotadas, terão uma maior propensão em atuar conforme o previsto pela teoria de alisamento de resultados.
- Inspecções (Ins): A outra variável *dummy* é utilizada para separar o período anterior do período em que são realizados os exercícios de revisão de imparidades, pelo BdP. De acordo com Fonseca e González (2008), a regulação e supervisão bancária reduzem o risco incorrido pelas entidades bancárias e diminuem os incentivos das mesmas para alisar resultados. Assim, torna-se interessante verificar se os exercícios de revisão de imparidade realizados pelo BdP surtiram algum efeito quanto ao comportamento exercido pela gestão das entidades no reconhecimento das imparidades discricionárias. Pode-se verificar através da ilustração 6 que os resultados, obtidos dos exercícios de revisão das imparidades, demonstram que as entidades bancárias, sujeitas a estes exercícios, reconheceriam menos imparidades do que o necessário. O BdP, ao iniciar este exercício de revisão de imparidades, comprovou os indícios de que as

imparidades não estariam corretamente avaliadas. Esta incorreção na avaliação das imparidades pode derivar do exercício discricionário no reconhecimento das imparidades.

Ilustração 6 - Resultados dos Exercícios Transversais de Inspeção (em M€)



SIP: Programa Especial de Inspeções; OIP: Programa de Inspeções On-Site; ETRICC: Exercício Transversal de Revisão das Imparidades das Carteiras de Crédito; ETRICC2: Análise dos Planos de Negócio de Clientes Relevantes do Sistema Bancário.

Fonte: Elaboração própria com base em BdP (2014a)

Tabela 2 - Variáveis adotadas

Variáveis	Designação das Variáveis
<i>Imp</i>	Perdas por Imparidade
<i>At</i>	Total de Ativos
ΔCI	Variação de Crédito com Incumprimento
ΔI	Variação das Insolvências
<i>Res</i>	Resultados antes de Impostos e Imparidades
<i>Cap</i>	Rácio de Capital antes de Imparidades para o Mínimo de Rácio de Capital Exigível
<i>Cot</i>	Cotadas
<i>Ins</i>	Inspeções

Fonte: Elaboração própria

Foram realizados os testes de correlação R de Pearson e de Spearman de modo a aferir as correlações existentes entre as variáveis utilizadas. Os testes foram compilados nas tabelas 6 e 7 que se encontram em anexo, assim como as estatísticas descritivas da amostra.

Capítulo 6. Modelos e Resultados

No presente capítulo, serão apresentados os resultados obtidos com as diversas regressões estimadas. Contrariamente ao realizado por Ahmed *et al.* (1999), Anandarajan *et al.* (2007) e Leventis *et al.* (2011), nesta análise foi testada a existência de comportamentos que podem ser associados aos de gestão de capital regulado e gestão de resultados através de modelos separados. Esta separação deve-se à dimensão significativamente mais reduzida da amostra utilizada (48 observações), quando comparada com a amostra seleccionada para os estudos anteriormente referidos. Este facto, de a amostra ser reduzida, pode constituir a grande limitação do estudo. Isso explica-se pela relação existente entre a dimensão da amostra, o número de variáveis independentes e os graus de liberdade conferidos ao modelo. Enquanto que um aumento da dimensão amostral significa um aumento dos graus de liberdade, um aumento na quantidade de variáveis independentes retira graus de liberdade ao modelo.

Tendo em conta os testes anteriormente apresentados, os resultados para estes indicam que o modelo mais apropriado para a amostra seleccionada é o *pooled*, que pode ser estimado através do método OLS. Os resultados e *p-value* encontram-se apresentados nas tabelas 3 e 4.

Uma vez que será utilizado o método de estimação OLS, torna-se necessário efetuar testes adicionais para aferir a validade dos resultados obtidos. Os problemas que podem, eventualmente, surgir com este método são a existência de heterocedasticidade e a autocorrelação presente nos resíduos. Para verificar a presença de heterocedasticidade é utilizado o teste de White. Verificou-se que, na estimação dos modelos i, ii, iii, iv, v e vi, os resíduos não eram homocedásticos, pelo que foi necessário corrigi-los, retirando a heterocedasticidade dos resíduos. Os resultados apresentados nas tabelas 3 e 4 já se encontram corrigidos de heterocedasticidade. Quanto à presença de autocorrelação, foi necessário verificar o valor da estatística de Durbin-Watson. De acordo com os valores obtidos para os diferentes modelos, não se encontraram evidências que sugiram que os resíduos se encontrem autocorrelacionados.

6.1. Gestão de Resultados

De seguida, serão apresentados os modelos e discutidos os resultados das suas estimações. As interpretações são realizadas com base na tabela 3 apresentado no final da presente secção.

$$Imp_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta CI_{it} + \beta_2 At_{it} + \beta_3 \Delta I_{it} + \beta_4 Res_{it} + \mu_{it}$$

Modelo (i)

No modelo (i), são consideradas as três variáveis de controlo e os resultados antes de impostos e imparidades. A variação do crédito com incumprimento apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo a 1%. Este nível de significância e, o sinal positivo do coeficiente, seriam expectáveis para esta variável pois, como mencionado anteriormente, uma variação do crédito com incumprimento deve-se repercutir num aumento das imparidades reconhecidas.

Quanto à variável que representa os ativos, o seu coeficiente exibe um sinal negativo, sendo significativo para 1%. Este resultado significa que quanto maior o total de ativos detidos pelas entidades, menores as imparidades reconhecidas por estas, e é contrário ao esperado por Anandarajan *et al.* (2007), apesar dos autores não obterem um coeficiente estatisticamente significativo para esta variável. Uma possível explicação para o sinal obtido para este coeficiente pode passar pelo facto das instituições bancárias de maior dimensão reconhecerem menos imparidades por créditos concedidos. Isto significa, portanto, que estas instituições, de maior dimensão, conseguem avaliar melhor a capacidade de cumprimento dos seus clientes.

O coeficiente da variação das insolvências decretadas apresenta também um sinal negativo, contudo, apenas é significativo para um nível de significância de 10%. Este é, também, um resultado contrário ao esperado. Uma explicação para o sinal obtido pode residir no facto de as insolvências serem decretadas em períodos após o reconhecimento das imparidades, existindo um desfazamento temporal entre o reconhecimento da imparidade e o decretar da insolvência.

Já a variável *Res* apresenta um coeficiente de sinal negativo mas não significativo. Sendo este resultado não estatisticamente significativo, não é possível retirar conclusões acerca dos resultados obtidos. Assim sendo, não existe evidência que permita validar a hipótese associada ao alisamento de resultados. Recorde-se que Liu e Ryan (2006) previram que exista alisamento de resultados quando as imparidades variem positiva e significativamente com a variável *Res*, algo que para este modelo não é possível confirmar.

Com o intuito de se encontrarem valores estatisticamente significativos para a variável *Res*, foi estimado o modelo (ii). A diferença deste modelo para o modelo (i) baseia-se na retirada da variável variação das insolvências decretadas, cujo coeficiente era significativo apenas para o nível de 10% de significância.

$$Imp_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta CI_{it} + \beta_2 At_{it} + \beta_4 Res_{it} + \mu_{it}$$

Modelo (ii)

Neste modelo, o sinal dos coeficientes e a significância das variáveis de controlo mantêm-se. Relativamente à variável *Res*, o *p-value* obtido não permitiu, da mesma forma, classificar o coeficiente dos resultados antes de impostos e imparidades como estatisticamente significativo. Porém, existiu uma aproximação para valores a partir dos quais podem ser considerados significativos.

$$Imp_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta CI_{it} + \beta_2 At_{it} + \beta_4 Res_{it} + \beta_6 Cot_{it} + \beta_7 Res_{it} * Cot_{it} + \mu_{it}$$

Modelo (iii)

No modelo (iii), foi adicionada a variável *dummy* que permite diferenciar os resultados divulgados das entidades bancárias cotadas das não cotadas. Relembrando Beatty *et al.* (2002), as entidades cotadas, pelas pressões a que estão sujeitas, são mais propensas a incorrer em alisamento de resultados. As variáveis de controlo permanecem significativas neste modelo. Quanto à variável *Res*, obteve-se um coeficiente negativo e estatisticamente significativo para um nível de 5% de significância. De acordo com Liu e Ryan (2006) este sinal no coeficiente representa comportamentos contrários aos de alisamento de resultados. Quanto à interação da variável *Res* com a *dummy Cot*, não se obteve um coeficiente estatisticamente significativo pelo que não se podem inferir conclusões.

$$Imp_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta CI_{it} + \beta_2 At_{it} + \beta_4 Res_{it} + \beta_8 Ins_{it} + \beta_9 Res_{it} * Ins_{it} + \mu_{it}$$

Modelo (iv)

Por fim, foi incluída a variável *dummy* referente aos períodos em que o BdP realizou os exercícios de inspeção das imparidades. Pretende-se, com a inclusão desta variável, verificar se existiu alguma alteração no reconhecimento discricionário de imparidades, quando a supervisão se tornou mais restrita.

O modelo (iv) tem como base o modelo (ii), mas contém a *dummy* temporal. Também neste modelo não se obtiveram coeficientes estatisticamente significativos, para a variável *Res* das entidades bancárias.

Como os ativos das entidades no modelo (iv) não apresentavam valores estatisticamente significativos, estimou-se o modelo (v) sem esta variável.

$$Imp_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta CI_{it} + \beta_4 Res_{it} + \beta_8 Ins_{it} + \beta_9 Res_{it} * Ins_{it} + \mu_{it}$$

Modelo (v)

O modelo (v) apresenta valores estatisticamente significativos para todas as variáveis. Neste modelo, a variável *Res* apresenta um coeficiente com sinal positivo. De acordo com Liu e Ryan (2006), o sinal positivo constitui evidência de que a gestão das entidades bancárias exerceu discricionariedade no reconhecimento das imparidades que influenciou os resultados, de forma semelhante ao proposto pela teoria de alisamento de resultados. O coeficiente da interação entre a variável *Res* e a *dummy* temporal apresenta sinal negativo, significando que os exercícios de inspeção realizados pelo BdP tiveram um efeito no reconhecimento das imparidades sugerindo um comportamento da gestão das entidades contrário ao alisamento de resultados. A soma dos coeficientes das variáveis *Res* e da interação entre esta e a *dummy* é também negativa, significando que, do ano de 2011 a 2013, as imparidades foram mais adequadamente registadas, contrariamente ao que aconteceria de acordo com comportamentos que pudessem ser associados com os de alisamento de resultados. Pode-se concluir, portanto, que um aumento na supervisão bancária alterará o comportamento da gestão das entidades bancárias, adequando o reconhecimento das imparidades, tal como previsto por Fonseca e González (2008).

Tabela 3 - Modelos Gestão de Resultados

	Modelo (i)	Modelo (ii)	Modelo (iii)	Modelo (iv)	Modelo (v)
C	0,0456752 (0,0001)***	0,0339382 (0,0023)***	0,0407558 (0,0004)***	0,0206027 (0,0589)*	0,00147538 (0,2367)
Δ CI	0,0642979 (0,0000)***	0,652313 (0,0000)***	0,533096 (0,0000)***	0,475821 (0,0000)***	0,243692 (0,0004)***
At	-0,00492441 (0,0008)***	-0,00362635 (0,0084)***	-0,00432797 (0,0024)***	-0,00210870 (0,1040)	
Δ I	-0,00773754 (0,0682)*				
Res	-0,0993277 (0,2937)	-0,121634 (0,1748)	-0,279460 (0,0161)**	-0,0695261 (0,7495)	0,396489 (0,0235)**
Cap					
Cot			0,000724807 (0,7116)		
Res*Cot			0,0533958 (0,7842)		
Ins				0,00535805 (0,0308)**	0,0137504 (0,0000)***
Res*Ins				-0,141718 (0,5581)	-0,712562 (0,0009)***
Cap*Ins					
R²	0,784905	0,802312	0,875682	0,876778	0,824698
R² Ajustado	0,764896	0,788833	0,860882	0,862109	0,808391
F	1,29393 (0,281196)	1,36573 (0,248645)	1,37781 (0,24448)	1,70389 (0,140185)	2,23279 (0,0541482)
LM	0,0941149 (0,75901)	0,123811 (0,724937)	0,0553659 (0,813976)	0,611806 (0,434109)	1,27225 (0,259344)
H	2,21772 (0,695786)	2,59713 (0,457992)	4,47042 (0,346069)	2,58426 (0,763755)	4,8636 (0,301582)

Fonte: Elaboração própria com base nos outputs das regressões

P-value entre parênteses; * Nível de Significância a 10%; ** Nível de Significância a 5%; *** Nível de Significância a 1%

6.2. Gestão de Capital Regulado

À semelhança da secção anterior, serão apresentados, de seguida, os modelos que permitem retirar conclusões sobre comportamentos que podem ser associados com gestão de capital regulado, realizada pelos gestores das entidades bancárias em análise. Acrescente-se que a tabela de resumo dos resultados se encontra no final da secção.

$$Imp_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta CI_{it} + \beta_2 At_{it} + \beta_3 \Delta I_{it} + \beta_5 Cap_{it} + \mu_{it}$$

Modelo (vi)

O modelo (vi) foi estimado utilizando as três variáveis de controlo e a variável *Cap*. Mais uma vez, como seria de esperar, a variável ΔCI varia positivamente com as imparidades reconhecidas e o seu coeficiente é estatisticamente significativo para 1%. Isto significa que quanto maior a variação de crédito com incumprimento maior a quantidades de imparidades registadas. As outras duas variáveis de controlo, ΔI e At , apresentam, mais uma vez, um coeficiente negativo e são significativas para 5%. As conclusões a retirar do comportamento destas variáveis são as mesmas que as anteriormente referidas, ou seja, quanto maior o nível de ativos detidos pelas entidades menores são os montantes de imparidades reconhecidas e, quanto maior for a quantidade de insolvências decretadas menor é a quantidade de imparidades reconhecidas.

Relativamente à gestão de capital regulado, a variável *Cap* não apresenta valores de *p-value* estatisticamente significativos, pelo que não se encontra evidência deste tipo de comportamentos por parte da gestão das entidades bancárias analisadas.

Optou-se pela realização de testes adicionais quanto à existência de comportamentos que possam ser associados com os de gestão de capital regulado. Para isso, foi estimado o modelo (vii), o qual tem como ponto de partida o modelo (vi). No entanto, retirou-se a variável dos ativos, por ser a que apresentava um *p-value* mais elevado e, portanto, ser menos significativa.

$$Imp_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta CI_{it} + \beta_3 \Delta I_{it} + \beta_5 Cap_{it} + \mu_{it}$$

Modelo (vii)

No modelo (vii), todas as variáveis se apresentam como sendo estatisticamente significativas. A variável *Cap* apresenta um coeficiente com sinal positivo mas estatisticamente significativo apenas para um nível de significância de 10%. Isto significa que quanto maior a reserva de capital antes de imparidades das entidades bancárias, maior é o reconhecimento de imparidades por parte destas entidades. De acordo com Ahmed *et al.* (1999), este resultado apresenta uma evidência de que a gestão das entidades bancárias utiliza a discricionariedade permitida no reconhecimento das imparidades similarmente a comportamentos de gestão do rácio de capital.

De seguida, e com o intuito de testar a hipótese da regulação e supervisão mais restritas influenciarem o comportamento da gestão das entidades bancárias, foi incluída a variável *dummy* referente aos períodos em que decorreram as inspeções do BdP.

$$Imp_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta CI_{it} + \beta_3 \Delta I_{it} + \beta_5 Cap_{it} + \beta_8 Ins_{it} + \beta_{10} Ins_{it} * Cap_{it} + \mu_{it}$$

Modelo (viii)

Os resultados do modelo (viii) indicam que apenas a variável ΔCI apresenta um valor estatisticamente significativo. As variáveis referentes ao rácio de capital antes de imparidades para o mínimo de rácio exigível (*Cap*), bem como a interação desta com a variável *dummy* (*Ins*Cap*) não apresentaram valores significativos. Portanto, não é possível retirar conclusões com base neste modelo.

$$Imp_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta CI_{it} + \beta_5 Cap_{it} + \beta_8 Ins_{it} + \beta_{10} Ins_{it} * Cap_{it} + \mu_{it}$$

Modelo (ix)

Adicionalmente, foi estimado o modelo (ix), no qual se exclui a variável ΔI . Também aqui, não se obtiveram resultados estatisticamente significativos para os coeficientes estimados, não permitindo, portanto, inferir qual o efeito que a regulação e uma supervisão mais restrita apresentam no comportamento da gestão das entidades.

Tabela 4 - Modelos Gestão de Capital

	Modelo (vi)	Modelo (vii)	Modelo (viii)	Modelo (ix)
C	0,0316629 (0,0088)***	0,00482118 (0,0128)**	0,00263370 (0,2164)	0,00171311 (0,3277)
Δ CI	0,616621 (0,0000)***	0,729556 (0,0000)***	0,637929 (0,0000)***	0,628725 (0,0000)***
At	-0,00319796 (0,0336)**			
Δ I	-0,0103254 (0,0129)**	-0,0101554 (0,0504)*	-0,00438830 (0,4381)	
Res				
Cap	0,0205412 (0,4671)	0,0571814 (0,0937)*	0,0543534 (0,2480)	0,0432756 (0,3307)
Cot				
Res*Cot				
Ins			0,00472487 (0,0684)*	0,00510343 (0,0477)**
Res*Ins				
Cap*Ins			-0,0329721 (0,6092)	-0,0255781 (0,6869)
R²	0,640071	0,694112	0,730114	0,726175
R² Ajustado	0,606589	0,673256	0,697984	0,700703
F	1,53561 (0,186749)	1,59765 (0,166768)	2,12039 (0,0670745)	2,14136 (0,0638136)
LM	0,109656 (0,740536)	0,312507 (0,576146)	0,865665 (0,352158)	0,829697 (0,36236)
H	3,20306 (0,524436)	1,78994 (0,617127)	10,2001 (0,0697611)	9,97292 (0,0408864)

Fonte: Elaboração própria com base nos outputs das regressões

P-value entre parênteses; * Nível de Significância a 10%; ** Nível de Significância a 5%; *** Nível de Significância a 1%

6.3. Validação das hipóteses de investigação

Com base nos resultados apresentados nas secções 6.1 e 6.2, relativamente à validação das hipóteses testadas, verificou-se o seguinte:

- Hipótese 1: Os gestores das entidades bancárias utilizam a discricionariedade existente no reconhecimento das imparidades de forma compatível com a teoria do alisamento de resultados.

Não foi encontrada evidência estatística que permitisse validar a hipótese de investigação 1.

- Hipótese 2: A gestão das entidades bancárias cotadas, quando comparada com a gestão das entidades não cotadas, tem uma maior propensão em atuar conforme o previsto na teoria de alisamento de resultados.

Também para esta hipótese não foi encontrada evidência estatística que a permitisse validar.

- Hipótese 3: Um aumento da regulação e uma supervisão mais restrita reduzem os incentivos da gestão das entidades bancárias de incorrer em comportamentos que possam ser associados com o alisamento de resultados.

No primeiro modelo utilizado para testar esta hipótese (iv), não foi encontrada evidência estatística que a permitisse validar. Os resultados obtidos da estimação do modelo (v) permitem validar a hipótese 3.

- Hipótese 4: Os gestores das entidades bancárias utilizam a discricionariedade existente no reconhecimento das imparidades, podendo este tipo de comportamento ser análogo a um comportamento de gestão dos rácios de capital.

Similarmente à hipótese 3, para a validação desta hipótese, também foi necessário a estimação de dois modelos. Para o primeiro modelo (vi) não se obteve evidência estatística que permitisse validar a hipótese. Para o segundo modelo (vii), os resultados

obtidos permitem validar a hipótese 4. Contudo, o nível de significância do coeficiente estimado para a variável *Cap* apenas é significativo a 10%.

- Hipótese 5: Um aumento da regulação e uma supervisão mais restrita reduzem os incentivos dos gestores das entidades bancárias a adotarem comportamentos que possam ser associados com o comportamento de gestão dos rácios de capital.

Para a validação desta hipótese, recorreu-se à estimação de dois modelos. Em nenhum deles os resultados obtidos com as estimações permitiram a validação da presente hipótese.

Capítulo 7. Conclusões

A presente investigação debruçou-se sobre o eventual exercício de discricionariedade por parte da gestão das entidades bancárias portuguesas no reconhecimento das imparidades, para o período de 2008 a 2013. As entidades que integraram a amostra estudada foram as oito entidades bancárias sujeitas aos exercícios de revisão de imparidades realizadas pelo BdP. Nestas entidades estão concentrados cerca de 80% do total de ativos do setor, pelo que se pode considerar uma amostra representativa do mesmo (BdP, 2011e).

Pretendeu-se, com este estudo, verificar se o reconhecimento das imparidades, pela gestão das entidades bancárias, era motivado por intenções que não correspondessem a uma transmissão “verdadeira” e “apropriada” do valor das imparidades e, portanto, sujeito à discricionariedade dos gestores. Para isso, procurou-se obter resposta às seguintes questões de investigação:

Q.I. 1: A gestão das entidades bancárias exerceu discricionariedade no reconhecimento das imparidades podendo esta ser associada a objetivos de gestão de resultados?

Q.I. 2: A gestão das entidades bancárias exerceu discricionariedade no reconhecimento das imparidades podendo esta ser associada a objetivos de gestão de capital regulado?

Para dar resposta às questões de investigação replicou-se o modelo adotado por Ahmed *et al.* (1999), subsequentemente utilizado por Anandarajan *et al.* (2007) e Leventis *et al.* (2011). No entanto, procedeu-se a alterações ao modelo original, de modo a melhor adequar o modelo aos objetivos da presente investigação. Foram estimados nove modelos distintos de modo a se obterem estatísticas significativas para os coeficientes, e testarem as cinco hipóteses previamente referidas. Os dados foram recolhidos, maioritariamente, dos R&C das entidades bancárias analisadas e, complementarmente, do sítio do BdP e CMVM.

Os principais resultados a reter são os seguintes:

- Para a generalidade dos modelos testados não se verificou comportamento da gestão das entidades bancárias que pudessem ser identificados como

prosecutores de alisamento de resultados. No entanto, para os anos anteriores a uma regulação e supervisão mais restritas do setor, verificou-se que o reconhecimento de imparidades pela gestão das entidades bancárias poderia ser associado com objetivos de alisamento de resultados. Já nos anos subsequentes, a evidência empírica indica que este tipo de comportamentos já não se verificou.

- Quanto a comportamentos que se possam associar com os de gestão de capital regulado, parece haver indícios de que estes terão existido, por parte da gestão das entidades analisadas. Importa ainda ter em consideração que a evidência empírica recolhida apenas é significativa para um nível de 10%, pelo que é necessária precaução na interpretação e generalização deste resultado.

Através dos resultados obtidos é possível inferir que o programa de inspeções transversais às imparidades, realizado pelo BdP, teve uma influência positiva na adequação dos níveis de imparidade e metodologias adotadas a níveis conservadores e a melhores práticas. Assim sendo, considera-se fundamental a continuidade da realização deste programa de inspeções.

Importa ainda referir que a norma que diz respeito ao reconhecimento das imparidades nos instrumentos financeiros, IAS 39, irá ser substituída pela IFRS 9. Esta substituição da norma irá provocar uma alteração conceptual no reconhecimento das imparidades. Assim sendo, o reconhecimento da imparidade deixa de estar sujeito ao evento de perda, passando a existir o reconhecimento da imparidade quando a perda for expectável. Deste modo, a IFRS 9 parece incorporar uma maior discricionariedade permitida aos gestores no reconhecimento das imparidades, o que, com a sua introdução no normativo, poderá afetar a qualidade da contabilidade.

Relativamente à principal limitação do presente estudo, deverá ser aponte a dimensão da amostra, que apenas contém 48 observações. Apesar de ser uma amostra representativa do setor em questão, o reduzido número de observações poderá afetar a generalização das ilações retiradas a partir das estimações efetuadas, ou seja, uma pequena alteração no número de observações poderá direcionar os resultados para conclusões divergentes das atuais.

Para investigação futura, sugere-se a realização de um estudo similar no contexto de funcionamento da norma IFRS 9, por forma a verificar o impacto da alteração no normativo. Ou seja, perceber se a introdução da nova norma provocará alterações no comportamento da gestão das entidades bancárias no reconhecimento discricionário das imparidades. No seguimento das intenções que motivam a gestão das entidades bancárias, seria também interessante perceber se estas conferem a outros *accruals* um exercício discricionário no seu reconhecimento, que difira da transmissão de uma “imagem verdadeira e apropriada” da situação da entidade.

Capítulo 8. Bibliografia

Agung, I Gusti Ngurah (2014), *Panel Data Analysis using Eviews*, 1st Edition, John Wiley & Sons, Ltd, West Sussex.

Ahmed, Anwer S.; Takeda, Carolyn; Thomas, Shawn (1999), “Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, earnings management and signaling effects”, *Journal of Accounting and Economics*, 28, pp. 1-25.

Amis, Patrick; Rospars, Éric (2005), “Prudential supervision and the evolution of accounting standards: the stakes for financial stability”, *Banque de France, Financial Stability Review*, 7, pp. 46-58.

Anandarajan, Asokan; Hasan, Iftekhar; McCarthy, Cornelia (2007), “Use of loan loss provision in earnings management and signaling by Australian banks”, *Accounting and Finance*, 47, pp. 357-379.

Associação Portuguesa de Bancos (2013), “Overview do Sistema Bancário Português”, Abril 2013, http://bo.apb.pt/content/files/Overview_do_Sistema_Bancario_Portugues.pdf, acedido em 10 de Abril de 2014.

Baltagi, B. H. (2005), *Econometric Analysis of Panel Data*, 3rd Edition, Wiley & Sons, West Sussex.

Banco Comercial Português, Relatório e Contas: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013.

Banco de Portugal (1992), Aviso 12/92.

Banco de Portugal (2004), Instrução 16/2004.

Banco de Portugal (2008), Carta Circular 83/2008/DSB.

Banco de Portugal (2010a), “A supervisão do sistema financeiro: Funções e poderes do Banco de Portugal”, Conferência PGR/BdP/CMVM, Lisboa, 28 de Janeiro de 2010,

http://www.pgr.pt/Eventos/bp/Funcoes_Poderes_Banco_Portugal.pdf, acedido a 10 de Abril de 2014.

Banco de Portugal (2010b), Aviso 6/2010.

Banco de Portugal (2011a), “Comunicado relativo a aviso do Banco de Portugal sobre reforço do rácio “*Core Tier I*” das instituições de crédito”, <https://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Paginas/comb20110407.aspx>, acedido em 19 de Abril de 2014.

Banco de Portugal (2011b), Aviso 1/2011.

Banco de Portugal (2011c), Aviso 3/2011.

Banco de Portugal (2011d), “Nota de esclarecimento do Banco de Portugal: rácio crédito/depósitos no quadro do Programa de Assistência a Portugal”, <https://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Paginas/comb20110930.aspx>, acedido em 19 de Abril de 2014.

Banco de Portugal (2011e), “Comunicado do Banco de Portugal sobre o Exercício Europeu de Reforço de Capitais”, <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/CooperacaoInstitucional/AutoridadeBancariaEuropeia/ExEuropeuReforc oCapitais/Documents/comb20111208.pdf>, acedido em 20 de Abril de 2014.

Banco de Portugal (2011f), “Medidas para assegurar a estabilidade do sistema bancário”, <https://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ProgramaApoioEconomicoFinanceiro/Documents/Medidas %20para%20assegurar%20a%20estabilidade%20do%20sistema%20banc%C3%A1rio.pdf>, acedido em 5 de Maio de 2014.

Banco de Portugal (2012), “Evolução da Solvabilidade do Sistema Bancário Português”, <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Documents/comb20120 203.pdf>, acedido em 22 de Abril de 2014.

Banco de Portugal (2014a), “Resultados da análise dos planos de negócio de clientes relevantes do sistema bancário (ETRICC 2)”, <https://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Paginas/comb20140328.aspx>, acessado em 24 de Abril de 2014.

Banco de Portugal (2014b), “A criação da União Bancária Europeia e o sistema bancário português”, <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/IntervencoesPublicas/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/246/Intervpub20140428.pdf>, acessado em 6 de Maio de 2014.

Banco Espírito Santo, Relatório e Contas: 2012, disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx>.

Banco Internacional do Funchal, Relatório e Contas: 2013, disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx>.

Banco Português de Investimento, Relatório e Contas: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx>.

Banco Santander Totta, Relatório e Contas: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx>.

Bank for International Settlements (2013), “A brief history of the Basel Committee”, Julho 2013.

Basel Committee on Banking Supervision (1988), “International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards”, Julho 1988.

Basel Committee on Banking Supervision (2006), “International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: A Revised Framework”, Junho 2006.

Basel Committee on Banking Supervision (2010), “Basel III: International Framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring”, Dezembro 2010.

Beatty, Anne L.; Chamberlain, Sandra L.; Magliolo, Joseph (1995), “Managing Financial Reports of Commercial Banks: The Influence of Taxes, Regulatory Capital, and Earnings”, *Journal of Accounting Research*, Vol. 33, No. 2, pp. 231-261.

Beatty, Anne L.; Ke, Bin; Petroni, Kathy R. (2002), “Earnings Management to Avoid Earnings Declines across Publicly and Privately Held Banks”, *The Accounting Review*, Vol. 77, No. 3, pp. 547-570.

Beaver, William H.; Engel, Ellen E. (1996), “Discretionary behavior with respect to allowances for loan losses and the behavior of security prices”, *Journal of Accounting and Economics*, 22, pp. 177-206.

Bikker, J.A.; Metzmakers, P.A.J. (2005), “Bank provisioning behavior and procyclicality”, *Journal of International Financial Markets, Institutions & Money*, 15, pp. 141-157.

Caixa Económica Montepio Geral, Relatório e Contas: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx>.

Caixa Geral de Depósitos, Relatório e Contas: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx>.

Cheng, Xiaoyan (2012), “Managing specific accruals vs. structuring transactions: Evidence from banking industry”, *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, 28, pp. 22-37.

Collins, Julie H.; Shackelford, Douglas A.; Whalen, James M. (1995), “Bank Differences in the Coordination of Regulatory Capital, Earnings, and Taxes”, *Journal of Accounting Research*, Vol. 33, No. 2, pp. 263-291.

El Sood, Heba Abou (2012), “Loan loss provisioning and income smoothing in US banks pre and post the financial crisis”, *International Review of Financial Analysis*, 25, pp. 64-72.

Espirito Santo Financial Group, Relatório e Contas: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, disponível em http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/contas_anuais.cfm.

European Banking Authority, <http://www.eba.europa.eu/>, acedido em 15/04/2014.

European Central Bank, <https://www.ecb.europa.eu/home/html/index.en.html>, acedido em 15/04/2014.

Financial Stability Forum (2009), Report of the FSF Working Group on Provisioning, Março 2009.

Fonseca, Ana Rosa; González, Francisco (2008), “Cross-Country Determinants of Bank Income Smoothing by Managing Loan-Loss Provisions”, Journal of Banking & Finance, 32, pp. 217-228.

Freund, J. (2004), Economia, Administração e Contabilidade: Estatística Aplicada, 11ªed., Bookman, São Paulo.

Gebhardt, Günther; Novotny-Farkas, Zoltan (2011), “Mandatory IFRS Adoption and Accounting Quality of European Banks”, Journal of Business Finance & Accounting, Vol. 38, Nº 3 e 4, pp. 289-333.

Grupo dos 20 (2009), Declaration on Strengthening the Financial System, London Summit, Abril 2009.

International Accounting Standards Board, Convergence between IFRSs and US GAAP, <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Global-convergence/Convergence-with-US-GAAP/Pages/Convergence-with-US-GAAP.aspx>, acedido em 19/04/2014.

International Accounting Standards Board (2003a), International Accounting Standard 32 – Financial Instruments: Presentation, IFRS Foundation.

International Accounting Standards Board (2003b), International Accounting Standard 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement, IFRS Foundation.

International Accounting Standards Board (2004), International Accounting Standard 36 – Impairment of Assets, IFRS Foundation.

International Accounting Standards Board (2009), International Financial Reporting Standard 9 – Financial Instruments, IFRS Foundation.

International Accounting Standards Board (2009), Exposure Draft 2009/12 – Financial Instruments: Amortised Cost and Impairment, IFRS Foundation.

International Accounting Standards Board (2013), Exposure Draft 2013/3 – Financial Instruments: Expected Credit Losses, IFRS Foundation.

International Accounting Standards Board (2014), Financial Instrument: Impairment, Overview of tentative expected credit loss impairment model, IASB Meeting, Fevereiro 2014, IFRS Foundation.

Leventis, Stergios; Dimitropoulos, Panagiotis E; Anandarajan, Asokan (2011), “Loan Loss Provision, Earnings Management and Capital Management under IFRS: The Case of EU Commercial Banks”, Journal of Financial Services Research, 40, pp. 103-122.

Liu, Chi-Chun; Ryan, Stephen G. (1995), “The Effect of Bank Loan Portfolio Composition on the Market Reaction to and Anticipation of Loan Loss Provision”, Journal of Accounting Research, Vol. 33, No. 1, pp. 77-94.

Liu, Chi-Chun; Ryan, Stephen G. (2006), “Income Smoothing over the Business Cycle: Changes in Banks’ Coordinated Management of Provisions for Loan Losses and Loan Charge-offs from the Pre-1990 Bust to the 1990s Boom”, The Accounting Review, Vol. 81, No.2, pp. 421-441.

Marques, Luís David (2000), “Modelos Dinâmicos com Dados em Pannel: Revisão de Literatura”, Investigação – Trabalhos em Curso, Nº 100, Faculdade de Economia do Porto, <http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp100.PDF>.

Moyer, Susan E. (1990), “Capital Adequacy Ratio Regulations and Accounting Choices in Commercial Banks”, Journal of Accounting and Economics, 13, pp. 123-154.

Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (1992).

Rentipar Financeira, Relatório e Contas: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx>.

Scholes, Myron S.; Wilson, G. Peter; Wolfson, Mark A. (1990), “Tax Planning, Regulatory Capital Planning, and Financial Reporting Strategy for Commercial Banks”, The Review of Financial Studies, Vol. 3, No. 4, pp. 625-650.

Shrieves, Ronald E.; Dahl, Drew (2003), “Discretionary accounting and the behavior of Japanese banks under financial duress”, Journal of Banking & Finance, 27, pp. 1219-1243.

Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo, Relatório e Contas: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/Paginas/Contasdasinstituicoes.aspx>.

Wooldridge, Jeffrey M. (2010), Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data, 2nd Edition, The Massachusetts Institute of Technology Press, Cambridge, Massachusetts.

Anexos

Tabela 5 - Estatísticas Descritivas das Variáveis

Descriptive Statistics							
	N	Minimum	Maximum	Mean		Std. Deviation	Variance
	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Std. Error	Statistic	Statistic
Imp	48	,000682	,037435	,011416	,001118	,007749	,000
ΔCI	48	-,0022	,039	,009827	,001213	,008407	,000
At	48	7,058703	8,099895	7,601711	,051733	,358416	,128
Res	48	-,01752	,019764	,007707	,000995	,006896	,000
Cap	48	,00171	,08143	,03271	,002851	,019753	,000
ΔI	48	,080741	,417271	,240698	,019022	,131791	,017
Valid N (listwise)	48						

Fonte: Elaboração Própria com base no *output* do SPSS

Tabela 6 - Correlações de Pearson

		Correlations					
		Imp	Δ CI	At	Res	Cap	Δ I
Imp	Pearson Correlation	1	,808**	-,248	-,547**	,068	-,258
	Sig. (2-tailed)		,000	,089	,000	,647	,077
	N	48	48	48	48	48	48
Δ CI	Pearson Correlation	,808**	1	-,186	-,535**	-,055	-,144
	Sig. (2-tailed)	,000		,205	,000	,709	,329
	N	48	48	48	48	48	48
At	Pearson Correlation	-,248	-,186	1	-,049	-,308*	-,017
	Sig. (2-tailed)	,089	,205		,743	,033	,908
	N	48	48	48	48	48	48
Res	Pearson Correlation	-,547**	-,535**	-,049	1	,154	,303*
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,743		,297	,036
	N	48	48	48	48	48	48
Cap	Pearson Correlation	,068	-,055	-,308*	,154	1	,197
	Sig. (2-tailed)	,647	,709	,033	,297		,179
	N	48	48	48	48	48	48
Δ I	Pearson Correlation	-,258	-,144	-,017	,303*	,197	1
	Sig. (2-tailed)	,077	,329	,908	,036	,179	
	N	48	48	48	48	48	48

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Elaboração Própria com base no *output* do SPSS

Tabela 7 - Correlações de Spearman

		Imp	ΔCI	At	Res	Cap	ΔI	Cot	Ins
Imp	Correlation Coefficient	1,000	,746**	-,206	-,238	,095	-,364*	-,112	,719**
	Sig. (2-tailed)	.	,000	,161	,104	,523	,011	,449	,000
	N	48	48	48	48	48	48	48	48
ΔCI	Correlation Coefficient	,746**	1,000	-,090	-,267	-,065	-,222	,036	,584**
	Sig. (2-tailed)	,000	.	,545	,067	,659	,130	,809	,000
	N	48	48	48	48	48	48	48	48
At	Correlation Coefficient	-,206	-,090	1,000	-,234	-,366*	,004	,155	-,042
	Sig. (2-tailed)	,161	,545	.	,110	,011	,981	,292	,776
	N	48	48	48	48	48	48	48	48
Res	Correlation Coefficient	-,238	-,267	-,234	1,000	,157	,344*	,068	-,385**
	Sig. (2-tailed)	,104	,067	,110	.	,285	,017	,644	,007
	N	48	48	48	48	48	48	48	48
Cap	Correlation Coefficient	,095	-,065	-,366*	,157	1,000	,158	-,109	,120
	Sig. (2-tailed)	,523	,659	,011	,285	.	,285	,462	,415
	N	48	48	48	48	48	48	48	48
ΔI	Correlation Coefficient	-,364*	-,222	,004	,344*	,158	1,000	,000	-,488**
	Sig. (2-tailed)	,011	,130	,981	,017	,285	.	1,000	,000
	N	48	48	48	48	48	48	48	48
Cot	Correlation Coefficient	-,112	,036	,155	,068	-,109	,000	1,000	,000
	Sig. (2-tailed)	,449	,809	,292	,644	,462	1,000	.	1,000

Ins	N	48	48	48	48	48	48	48	48
	Correlation Coefficient	,719**	,584**	-,042	-,385**	,120	-,488**	,000	1,000
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,776	,007	,415	,000	1,000	.
	N	48	48	48	48	48	48	48	48

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Fonte: Elaboração Própria com base no *output* do SPSS